



## **Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas**

Preparadas de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

# **Banco Pine S.A.**



Relatório do Auditor Independente.....	1
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	4
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	5
Relatório da Administração.....	6
Balanço Patrimonial.....	14
Demonstração do Resultado.....	15
Demonstração do Resultado Abrangente.....	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	18
Demonstração do Valor Adicionado.....	19

**Notas Explicativas**

1. Contexto Operacional.....	20
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	20
3. Principais Práticas Contábeis.....	20
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	23
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	23
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	24
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	27
8. Outros Ativos Financeiros.....	29
9. Ativos Fiscais.....	29
10. Investimentos.....	30
11. Outros Ativos.....	31
12. Imobilizado de Uso.....	31
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	31
14. Dívida Subordinada.....	32
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	32
16. Outros Passivos.....	33
17. Patrimônio Líquido.....	33
18. Demonstração de Resultado.....	34
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	35
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	35
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	37
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	37
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	37
24. Operações Ativas Vinculadas.....	41
25. Outras Informações.....	41
26. Outros Assuntos.....	42

**Banco Pine S.A.**  
**Demonstrações financeiras intermediárias**  
**individuais e consolidadas em**  
**31 de março de 2021**  
**e relatório de revisão**



## **Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Pine S.A.

### **Introdução**

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Pine S.A. ("Banco"), em 31 de março de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Banco Pine S.A.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos  
Contador CRC 1SP171564/O-1

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Instituição, relativas ao período findo em 31 de março de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Intermediárias, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras Intermediárias"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

São Paulo, 10 de maio de 2021.

**Membros da Diretoria Executiva**

Mauro Sanchez  
Eduardo Magalhães Fonseca  
Eugenio Fabbri Neto  
Carlos Eduardo Tyba  
Rodrigo Esteves Pinheiro  
Sergio Luis Patricio  
Marcelo Camargo  
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo  
Jailton Marcio Donasan  
Renata Leme Borges dos Santos

Após análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias da Instituição, relativas ao período findo em 31 de março de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras intermediárias, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras Intermediárias"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 10 de maio de 2021.

**Membros da Diretoria Executiva**

Mauro Sanchez  
Eduardo Magalhães Fonseca  
Eugenio Fabbri Neto  
Carlos Eduardo Tyba  
Rodrigo Esteves Pinheiro  
Sergio Luis Patricio  
Marcelo Camargo  
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo  
Jailton Marcio Donasan  
Renata Leme Borges dos Santos

## Relatório da Administração – 1º trimestre de 2021

Prezados acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Pine S.A. relativas ao período encerrado em 31 de março de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### 1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O 1T21 vinha apresentando recuperação acelerada em relação ao 4T20, mas a reincidência da pandemia e o distanciamento social ao longo de março em vários municípios, incluindo a capital de São Paulo, provocaram revisões para o crescimento do PIB de serviços no primeiro quarto do ano. Em geral, a variação anual do PIB de serviços no 1T21 foi revisada para -1,5% entre março e abril ante a média de -0,6% projetada em fevereiro, imediatamente antes da volta da pandemia e do distanciamento social. Certamente, o setor mais afetado pelo distanciamento social é o de serviços, que tem peso de 63% no PIB total, e é altamente gerador de empregos e inclui o comércio varejista e o segmento de transporte comercial. Sintomaticamente, o crescimento do PIB em 2021 foi revisado da média de 3,5% em fevereiro para 3,1% em maio.

O PIB industrial, por seu turno, deve apresentar a melhor performance setorial no ano ao crescer 4,5%, de acordo com a mediana das expectativas atuais. A indústria manufatureira é o destaque em 2021 em relação à indústria extrativa, de construção e de serviços industriais de utilidade pública. O crescimento anual da produção da indústria de transformação atingiu 5,2% no 1T21 em relação a 4,8% no 4T20. Já a produção industrial do setor extrativo variou -2,1% no trimestre passado, recuperando ante a queda de 6,4% no 4T20. Isso dá uma boa ideia de quão importante tem sido a expansão da indústria de transformação na recuperação da produção industrial como um todo, ainda mais diante do encolhimento da produção extrativa mineral nos trimestres anteriores.

Entretanto, a recuperação da indústria em meio a limites produtivos enfrentados pela cadeia global de insumos industriais – especialmente chips e semicondutores, tem custos. A disrupção da cadeia de oferta industrial, e o crescimento da demanda por bens industriais associado à pandemia implicam em um grau de ociosidade na indústria relativamente baixo e na aceleração da inflação industrial que vem ocorrendo desde o segundo semestre do ano passado.

A utilização da capacidade industrial encerrou o 1T21 em seu nível mais alto desde o 1T15 e bem superior à média. Portanto, a combinação entre a relativamente elevada utilização da capacidade na indústria e os limites da oferta (local e global) de insumos industriais trouxe a inflação de bens industriais acumulada em 12 meses para 5,5% no 1T21. O seu pico anual pode atingir 7% no 2T21, levando a inflação em 12 meses de bens industriais a encerrar o ano ainda relativamente elevada.

Portanto, a inflação brasileira, puxada pela alta variação anual dos bens industriais e agropecuários, está demasiadamente elevada, implicando projeções de inflação para 2021 entre 5% e 6,2% (o centro da meta de inflação é de 3,75%). A deterioração adicional das projeções de inflação em 2021 pode piorar as expectativas de inflação em 2022, as quais estão em 3,6%, em linha com a meta do ano que vem de 3,5%. Adicionalmente, a eventual aceleração do cronograma de vacinação no segundo semestre e o conseqüente aumento da mobilidade social propiciam o ambiente necessário para a aceleração da inflação de serviços, a qual encerrou o 1T21 relativamente baixa, em apenas 1,7%. Portanto, a retomada da inflação de serviços no segundo semestre adiciona tanto mais tempero na já salgada inflação brasileira no ano quanto contribui para a deterioração das projeções de inflação para 2022.

Não foi em vão que o comitê de política monetária (Copom) promoveu a elevação da taxa Selic mais aceleradamente no final do trimestre passado, ao majorar o juro em 0,75% em março em relação a 2% no final de fevereiro, mantendo o ritmo de alta da taxa em 0,75% em maio e prometendo o mesmo ajuste em junho. A intenção do comitê, portanto, aponta para a Selic no final do ano em 6% com o objetivo, principalmente, de manter a inflação de 2022 em linha com o centro da meta de 3,5% para o IPCA.

A alta inflação, pelo menos até o final do primeiro semestre de 2021, limita o crescimento real do crédito pessoal e corporativo. A fim de evitar efeitos mais profundos da inflação sobre a elevação da curva de juros e a conseqüente desaceleração da taxa esperada de crescimento do PIB de 3,3% para 2% em 2021, o Governo Federal vetou emendas parlamentares e bloqueou despesas discricionárias propostas ao orçamento de 2021 pelo próprio poder executivo no valor total de R\$28 bilhões, objetivando praticamente zerar o furo no teto de gastos federais estimado em R\$31 bilhões.

O impulso fiscal e os elevados déficits primários do governo tendem a manter a dívida bruta do setor público acima de 85% em 2021. Estas perspectivas contribuem para que os juros futuros longos – ou seja, os vencidos acima de janeiro 2025 – permaneçam elevados, prejudicando a perenidade do crédito privado de longo prazo, a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes (superiores a três anos) e a intenção do Bacen em manter Selic abaixo de 6,5% no final do ano, patamar importante para conter a inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado entre 1,5% e 2,5% e para preservar o crédito com recursos privados destinados à PJ acima de 15% do PIB.

Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 3,0% em 2021 e 2022. Entretanto, o objetivo do Bacen em manter a Selic abaixo de 6,5%, facilitando o funcionamento do mercado de crédito privado, depende – principalmente – do ajuste fiscal a ser perseguido em 2021 e 2022. O sucesso na redução do déficit primário do setor público é a principal condição para que os juros futuros de longo prazo diminuam do intervalo atual, permitindo a perenidade do crédito privado.

## 2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro trimestre de 2021 ainda foi marcado pelos desdobramentos causados pela pandemia do coronavírus no cenário macroeconômico do país, resultando em crescentes incertezas que vem afetando a atividade econômica brasileira após uma recuperação ao longo da segunda metade de 2020. Esse cenário traz um certo nível de instabilidade, porém, o avanço da vacinação em massa deve permitir uma retomada gradual no semestre seguinte. Depois de um ano em que toda a sociedade passou por mudanças de hábitos, o Banco seguiu reforçando seu posicionamento estratégico voltado para a digitalização dos negócios, com ações tempestivas e eficientes, visando sempre assegurar a continuidade dos negócios e as necessidades dos clientes, além de proteger seu patrimônio e otimizar sua capacidade de geração de resultados sem perder o foco na qualidade da carteira de crédito.

Com a experiência adquirida ao longo da crise causada pela pandemia, esse ano se iniciou colocando nossa solidez estratégica mais uma vez como base da nossa transformação. O reflexo deste trabalho contínuo pode ser observado nos resultados do primeiro trimestre de 2021, que deram seguimento à curva de crescimento observada na segunda metade do ano passado, tanto nos indicadores financeiros quanto nos operacionais.

Com as medidas adotadas para conter custos, gerenciar o risco de crédito, preservar caixa e reforçar a liquidez, o Banco se mostrou resiliente às grandes oscilações do mercado, permitindo também a expansão da oferta de produtos de longo prazo aos nossos clientes. Vale destacar alguns indicadores do primeiro trimestre de 2021 que fortalecem a tese de que o bom relacionamento com o cliente relaciona-se positivamente aos resultados do negócio. Ao final de março de 2021, a Carteira Classificada (Res. 2.682) expandiu expressivos 26,5% na comparação com os últimos 12 meses, e 8,5% em relação a dezembro de 2020, evoluindo tanto no segmento Empresas quanto no Grandes Empresas. Na evolução anual, destacaram-se a comercialização de produtos voltados para capital de giro, denotando o reaquecimento da atividade econômica.

Também houve um avanço importante nas originações de crédito, que totalizaram R\$1,1 bilhão no 1T21, superior em 80% ao volume originado no 1T20. Com este resultado, o Banco inicia 2021 com alta demanda de crédito para médias e grandes empresas, a partir do reaquecimento da economia e repete o patamar alcançado no encerramento do ano passado. No segmento Empresas, cujo foco são companhias com faturamento de até R\$500 milhões, a concessão de crédito aumentou em 87%, evidenciando a busca por capitalização pelas médias empresas, que sofreram um grande impacto na crise e são um grande aliado na retomada econômica do país. Outros fatores que atestam a consistência do desempenho do Banco e a capacidade de atuação neste cenário de pandemia, são as operações de capital de giro e trade *finance* que apresentaram aumento de 143% nos três primeiros meses do ano ante o mesmo período em 2020.

O Banco aprimorou a experiência do cliente em todos os seus canais, principalmente os digitais, com soluções personalizadas para atender à demanda dos mais de 590 clientes ativos na carteira. Ao todo, foram liberadas aproximadamente 2 mil operações de crédito, refletindo a agilidade do time comercial em resposta às necessidades de cada grupo. Além disso, foram atendidas mais de 800 operações de clientes transicionais, cujo a receita foi superior a R\$5 mil. Importante também ressaltar a aceleração da digitalização do Banco e de seus processos internos, bem como o interesse e a demanda dos clientes por soluções ágeis e de autosserviço. A constante evolução dos serviços digitais, tanto no site quanto no aplicativo, contribuiu para que 70 novas contas fossem ativadas completamente por meio do processo de *onboarding* digital.

Os esforços para melhorar a qualidade dos ativos seguiram apresentando resultados importantes neste trimestre. A inadimplência acima de 90 dias permaneceu sob controle, encerrando março de 2021 em 0,4%, e com percentual da carteira de crédito classificada entre os *ratings* AA-C em 91,6% no final de março de 2021, em comparação a 85,3% em março de 2020. Essa melhora é consequência da robustez dos motores de crédito, e reforça a assertividade do modelo de negócios adotado desde 2017, quando o Banco retornou ao segmento Empresas, praticando maiores *spreads*, e com foco na qualidade dos ativos e na pulverização do risco.

O trimestre foi marcado por crescentes incertezas políticas e fiscais, e neste contexto, apesar da elevação da Selic em março, a taxa de juros continua em patamares históricos mais baixos, direcionando os investidores a aumentarem a busca por ativos mais rentáveis e de longo prazo, refletindo em um crescimento de 21,9% nas captações em relação a março de 2020. Vale ressaltar que 84% do *funding* foi originado por pessoas físicas e 33% com vencimento superior a 3 anos, sendo que apenas 2% das captações são com liquidez diária.

A rápida adaptação do Banco a cenários diversos, o balanço sólido e o modelo de negócios bem definido foram essenciais para a captura de resultados cada vez melhores, de forma sustentável, investindo sempre na evolução da qualidade dos serviços prestados, com objetivo de aprimorar a experiência dos clientes atuais, bem como sua capacidade de atrair e reter novos.

Ademais, diante dos desafios apresentados nos últimos 12 meses, o Banco, em conjunto com seus colaboradores, evidenciou sua capacidade de adaptação e inovação, administrando novos riscos e demonstrando o quanto pode ser aprendido em momentos de maiores adversidades. Vale mencionar que houve melhorias relevantes no *NPS – Net Promoter Score*, que encerrou março em 84 pontos, crescimento em relação ao índice de 80 apurado em março de 2020.

Para 2021, a administração reforçou os níveis de liquidez para apoiar o crescimento comercial, e continuará buscando manter os níveis adequados de capital, avançando na estratégia de pulverização e expansão do crédito, apoiando a recuperação, crescimento e desenvolvimento dos milhares de clientes que contam com o Banco Pine.

Assim, o ano foi iniciado ainda com cautela em relação às mudanças no panorama de mercado e aos possíveis impactos derivados da pandemia, porém otimista com a evolução do desempenho da economia brasileira. Seguimos certos de que o Banco está preparado e fortalecido para avançar neste novo ciclo de crescimento, tendo como direcional a geração de valor a todos os *stakeholders*.

### 3. PERFIL INSTITUCIONAL

O Banco Pine (B3: PINE4) é um Banco regional brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte anos destaca-se em financiar e assessorar grandes e médias empresas. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas, como, serviços de conta corrente, rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos.

Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade - características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

#### Pine Empresas

Por meio de soluções **ágeis e funcionais** que facilitam o dia-a-dia dos clientes, oferecemos uma ampla variedade de produtos e serviços, além de possibilitar **integrações rápidas e seguras** com os sistemas dos nossos parceiros por meio da disponibilidade de várias APIs. Atendemos grupos econômicos com faturamento anual **acima de R\$50 milhões** classificados em dois segmentos:

#### GRANDES EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual  
acima de R\$ 500 milhões



#### EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual  
de até R\$ 500 milhões

### Pine Online

O Pine Online é uma plataforma totalmente digital de investimentos voltada exclusivamente para pessoas físicas, com foco em produtos de renda fixa do próprio Banco, como LCA, LCI e CDB. Não há cobrança de tarifas, e as opções de investimento são customizadas de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente. Mais informações acesse: [www.pine.com/pine-online](http://www.pine.com/pine-online)

## 4. DESTAQUES DO PERÍODO

Conforme mencionado no trimestre anterior, passamos a considerar os efeitos de itens extraordinários no resultado, demonstrando o lucro líquido ajustado por eventos não recorrentes. Para fins de comparabilidade, as divulgações anteriores foram ajustadas. Para mais informações, acesse o Relatório de Análise do Resultado do 1T21 disponível no site de RI.

- O resultado recorrente gerencial totalizou R\$0,5 milhão no 1T21, em comparação ao prejuízo de R\$1,2 milhão no 1T20 e ao prejuízo de R\$27,2 milhões no 4T20.
- No 1T21, a Margem Financeira Bruta (MFB) totalizou R\$32,2 milhões, comparado a R\$16,7 milhões no 1T20, crescimento decorrente de maiores receitas oriundas das operações com mercado e principalmente com clientes, performance atribuída aos maiores volumes de originação com maiores *spreads*, principalmente do segmento Empresas. Com isso, a *Net Interest Margin (NIM)* com clientes encerrou o trimestre em 2,4%, comparável a 1,8% no mesmo período de 2020, reflexo dos avanços na estratégia de mudança no *mix* de produtos e de segmentos.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas cresceram 2,8% na comparação com o 1T20, refletindo, principalmente, o aumento no volume de originação de crédito.
- Manutenção do patamar de despesas gerais na comparação com o 1T20, com destaque para a contínua redução das despesas administrativas.
- A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$4,3 bilhões em março de 2021, crescimento de 26,5% nos últimos 12 meses.
- Pulverização do risco da carteira de crédito consolidada, encerrando o ano com *ticket* médio de R\$8,3 milhões e aproximadamente 600 clientes. Adicionalmente, o Banco atendeu 831 clientes transacionais no 1T21 (clientes que realizaram alguma operação com receita superior a R\$5 mil).
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$2,0 bilhões.
- Índice de Basileia encerrou março de 2021 em 9,9%, sendo 8,8% de Capital Nível I.

No quadro abaixo consolidamos nossas informações financeiras gerenciais considerando as reclassificações feitas a partir do resultado contábil.

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1T20	4T20	1T21	Varição Δ 1T20
Margem financeira bruta	16,7	28,0	32,2	92,8%
Custo de crédito	2,6	(17,3)	(0,4)	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	9,0	10,2	9,3	2,7%
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(40,2)	(60,0)	(42,2)	5,0%
Resultado operacional	(17,2)	(43,5)	(3,7)	-78,3%
Lucro líquido / (prejuízo) recorrente	(1,2)	(27,2)	0,5	-

  

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)	Mar20	Dez20	Mar21	Varição Δ Mar20
Total de ativos	11.216,4	13.696,5	14.339,0	27,8%
Carteira de crédito expandida	4.062,0	4.527,3	4.909,0	20,9%
Grandes Empresas	2.946,9	3.083,3	3.296,2	11,9%
Empresas	1.115,2	1.444,0	1.612,7	44,6%
Recursos captados	6.980,8	8.086,7	8.506,3	21,9%
Patrimônio líquido	841,8	792,7	750,1	-10,9%

  

INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	1T20	4T20	1T21	Varição Δ 1T20
<i>Net interest Margin</i> (NIM) com Clientes	1,80	3,30	2,39	0,6 p.p.
ROE (%a.a.)	(1,1)	(24,0)	0,3	1,4 p.p.
Índice de Basileia	10,9	11,7	9,9	-1,0 p.p.
Índice de Capital Nível I	9,5	10,7	8,8	-0,7 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	3,9	0,6	0,4	-3,5 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	305,6	1.372,3	1.792,0	-

  

OUTRAS INFORMAÇÕES	Mar20	Dez20	Mar21	Varição Δ Mar20
Colaboradores (quantidade)	424	390	393	-7,3%
Valor de mercado (R\$ milhões)	283,0	373,4	336,3	18,8%
Valor Patrimonial por ação (R\$)	5,68	5,35	5,06	-10,9%

### Resultado consolidado

O resultado recorrente gerencial totalizou R\$0,5 milhão, em comparação ao prejuízo de R\$1,2 milhão no mesmo período do ano passado. Essa variação reflete (i) o crescimento da Margem Bruta, principalmente nas receitas recorrentes de crédito e de tesouraria; (ii) a gestão do custo de crédito decorrente da melhor qualidade dos ativos; e (iii) a manutenção das despesas operacionais.

### Destaques patrimoniais

Os ativos totais alcançaram R\$14,3 bilhões ao final de março de 2021, crescimento de 27,8% em 12 meses, e de 4,7% em relação ao mesmo período de 2020. O patrimônio líquido totalizou R\$750,1 milhões ao final do primeiro trimestre.

A carteira de crédito classificada (Res. 2.682), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$4,3 bilhões em março de 2021, crescimento de 26,5% nos últimos 12 meses. Essa variação é explicada pela maior originação de novos créditos, principalmente referente a produtos de capital de giro e *trade finance*, reflexo da retomada da atividade econômica e consequente crescimento da busca por capitalização pelas empresas, visando se reestruturar para este novo cenário.

Comparando com o trimestre anterior, o crescimento foi de 8,5%, sendo 6,6% no segmento Grandes Empresas e 11,9% no Empresas, resultado do movimento contínuo que objetiva a pulverização comercial. Analisando a partir da perspectiva

dos produtos, nota-se que a distribuição observada no 4T20 manteve-se ao longo do primeiro trimestre, ratificando o processo de recuperação que as empresas estão enfrentando.

Os créditos classificados entre os ratings AA-C, segundo a Res. nº 2.682 do Banco Central, representavam 91,6% da carteira de crédito ao final de março de 2021, ante 85,3% em março de 2020, consequência de uma melhora na carteira e refletindo a qualidade das novas safras e dos processos de concessão de crédito, além de evidenciar a estratégia de migração da carteira para operações de maior rentabilidade e com mais garantias atreladas.

#### Captação

O total de captação atingiu R\$8,5 bilhões em março de 2021, apresentando um aumento de 21,9% em 12 meses. O portfólio do Banco permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos, corroborando com o perfil dos ativos de crédito.

As captações com pessoas físicas representaram 84% do total de *funding*, todas originadas por meio das mais de 50 distribuidoras que o Banco opera, ou pelo Pine Online, plataforma interna de investimentos. Por meio da plataforma foi possível abranger um escopo maior de clientes, enquanto também auxilia na redução nos custos de captação, oferecendo ainda mais vantagens frente ao mercado.

#### Índice da Basileia

O Índice de Basileia atingiu 9,9% em março de 2021, sendo que o índice de Capital Nível I totalizou 8,8%. Este patamar segue adequado com a estratégia do nosso apetite a risco, especialmente de crédito.

Na comparação com dezembro de 2020, a Basileia foi impactada, principalmente, pela marcação a mercado de títulos que impactam o patrimônio de referência; e pelo crescimento da carteira de crédito, afetando o total dos ativos ponderados pelo risco.

### 5. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Segue abaixo os *ratings* vigentes da agência Fitch.

	Local	Global	Soberano
<b>FitchRatings</b>	BB+	B-	BB-

### 6. RECURSOS HUMANOS

Financiar rápido e servir bem milhares de empresas em benefício das pessoas. Este é o propósito que motiva o Banco Pine a fazer a diferença no mercado financeiro brasileiro. Em tempos exponenciais, em que o mundo digital nos transforma, o Banco acredita que as pessoas que são os principais agentes de um processo transformação, sendo assim, responsáveis diretos pelo sucesso do Banco.

Para disseminar este propósito e estas crenças, o Banco Pine criou o “Pine Pulsa” - a sua declaração de cultura - expressa através dos valores que acredita serem fundamentais na prática do dia a dia dos seus colaboradores: Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos.

Em 2021, atualizamos nossa estratégia de competências, atualizando o direcionamento comportamental diante as novas necessidades do mercado e ao novo momento do Banco.

As novas competências direcionadoras são: *Mindset* Digital e análise de Dados, Análise Crítica, Protagonismo, Planejamento e Execução, Entrega Sistemática de Resultados Sustentáveis, Orientação para Serviços, Processos, Posicionamento, Resiliência, Empatia e Autoconhecimento.

O Banco acredita que a Cultura é fortemente disseminada por meio do exemplo dos líderes, por isso periodicamente orientamos a liderança a praticar em suas reuniões de equipe a escuta ativa, a disseminação de informações organizacionais relevantes e a prática de dinâmicas e atividades para manter o grupo unido e um bom clima de trabalho.

Iniciamos no início do ano a aplicação de pesquisas de clima pulso para sentir o clima organizacional e atuar tempestivamente em questões específicas pontuadas pelos colaboradores.

Completamos um ano na situação de pandemia, e nossa operação continua atuando de maneira híbrida com parte reduzida dos colaboradores atuando no escritório e a maior parte das pessoas (cerca de 80%) atuando em home office. Esta estratégia visa preservar a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores.

O processo de comunicação e educação corporativa continua adaptado para capacitar líderes e colaboradores em sua atuação durante a pandemia. Além disso, o tema da saúde estava na pauta ao longo de todo o período, trazendo orientações e dicas sobre cuidados da saúde em diversos aspectos, inclusive com a elaboração da campanha de vacinação contra gripe. Oferecemos semanalmente sessões de *Mindfulness* e Yoga Laboral para contribuir para um maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Para fomentar a capacitação contínua, mantemos uma agenda recorrente de *Workshops* Colaborativos, Programas de Integração, dentre outros.

Com intuito de disseminar a estratégia e disseminar os objetivos de negócio do Banco, foi criada uma metodologia de avaliação de desempenho que contempla os objetivos de negócio, os objetivos individuais e as novas competências. A composição destes três pilares de avaliação, compõem a nota dos colaboradores. A contratação de metas no início do ano é a etapa fundamental para estabelecer o direcionamento do trabalho de todas as equipes, garantindo o alinhamento do que é esperado para o ano.

Nos temas de Responsabilidade Social, o Banco Pine estabeleceu parceria com a Instituição Assistencial Lar das Bênçãos, participando ativamente da campanha de doação de itens para crianças carentes; e com o Instituto Reciclar, renovou a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

## 7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Pine, além de integrar o nível 2 de Governança Corporativa da B3, estão:

- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- Comitês de Auditoria e Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

O Banco criou em 2020 uma comissão específica para estudar estratégias e avaliar todas as oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema ESG. Estas questões já eram consideradas no planejamento estratégico, no entanto a intenção é aprofundar a compreensão dos impactos desse tema, uma vez que é essencial e muito relevante para a perenidade dos negócios.

Com o amplo e rápido impacto da pandemia do novo coronavírus, as incertezas acerca da economia mundial impactaram diretamente o mercado de capitais, que vem apresentando uma volatilidade acima da média em todos os setores. Desta forma, o valor de mercado do Banco foi afetado, encerrando março de 2021 em R\$336 milhões, porém apresentando uma recuperação se comparado com os meses de janeiro e fevereiro.

Nossa base acionária encerrou o mês de março deste ano com 16.790 acionistas, crescimento de 42% nos últimos 12 meses.

No início de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap* – “*TRS*”) com liquidação financeira (“Operação”), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço (“*hedge*”). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15.

A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN n. 3.921, em Reais, com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação *TRS* com

liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de *swap* não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

## **9. AUDITORES EXTERNOS**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a março de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

### BACEN – Resolução nº 3.068

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular no 3.068/01 do Bacen, o Banco Pine declara ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$3.224,0 milhões, representando 55,3% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em março de 2021.

## **10. RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI ([ri.pine.com](http://ri.pine.com)), o Banco Pine mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail ([ri@pine.com](mailto:ri@pine.com)).

### **A Administração**

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>292.788</b>	<b>155.094</b>	<b>292.789</b>	<b>155.095</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>12.304.757</b>	<b>11.827.957</b>	<b>12.801.393</b>	<b>12.321.914</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	12.310	75.342	12.310	75.342
Títulos e valores mobiliários	6.a	5.807.214	5.235.424	5.807.214	5.235.424
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.863.855	2.279.498	1.863.855	2.279.498
Operações de crédito	7	3.555.833	3.256.707	3.555.833	3.256.707
Outros ativos financeiros	8	1.065.545	980.986	1.562.181	1.474.943
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>7.f</b>	<b>(272.903)</b>	<b>(298.107)</b>	<b>(272.903)</b>	<b>(298.107)</b>
(-) Operações de crédito e outros créditos		(272.903)	(298.107)	(272.903)	(298.107)
<b>Ativos fiscais</b>	<b>9.b</b>	<b>1.014.931</b>	<b>1.012.677</b>	<b>1.016.659</b>	<b>1.014.679</b>
<b>Investimento em participações em coligadas e controladas</b>	<b>10</b>	<b>629.525</b>	<b>629.962</b>	<b>474</b>	<b>474</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>11</b>	<b>414.664</b>	<b>418.724</b>	<b>489.195</b>	<b>490.994</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>12</b>	<b>26.684</b>	<b>26.684</b>	<b>26.684</b>	<b>26.684</b>
<b>Intangível</b>		<b>3.862</b>	<b>3.347</b>	<b>3.862</b>	<b>3.347</b>
<b>(-) Depreciação e amortização</b>		<b>(19.152)</b>	<b>(18.546)</b>	<b>(19.152)</b>	<b>(18.546)</b>
(-) Imobilizado de uso	12	(18.085)	(17.736)	(18.085)	(17.736)
(-) Intangível		(1.067)	(810)	(1.067)	(810)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.395.156</b>	<b>13.757.792</b>	<b>14.339.001</b>	<b>13.696.534</b>
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Passivos financeiros</b>		<b>13.279.747</b>	<b>12.526.212</b>	<b>13.216.567</b>	<b>12.457.295</b>
Depósitos	13.a	7.704.959	7.342.921	7.641.779	7.274.004
Captações no mercado aberto	13.b	2.768.069	2.010.735	2.768.069	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	578.266	535.175	578.266	535.175
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	72.570	59.422	72.570	59.422
Dívida subordinada	14	165.636	142.435	165.636	142.435
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.984.839	2.434.449	1.984.839	2.434.449
Outros passivos financeiros		5.408	1.075	5.408	1.075
<b>Provisões</b>	<b>15</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>16</b>	<b>346.383</b>	<b>420.567</b>	<b>353.408</b>	<b>428.226</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>13.645.102</b>	<b>12.965.098</b>	<b>13.588.947</b>	<b>12.903.840</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>17</b>	<b>750.054</b>	<b>792.694</b>	<b>750.054</b>	<b>792.694</b>
Capital social		1.202.393	1.202.393	1.202.393	1.202.393
De domiciliados no país		1.073.526	1.073.526	1.073.526	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(28.653)	14.517	(28.653)	14.517
Prejuízos acumulados		(423.686)	(424.216)	(423.686)	(424.216)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>17</b>	<b>750.054</b>	<b>792.694</b>	<b>750.054</b>	<b>792.694</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.395.156</b>	<b>13.757.792</b>	<b>14.339.001</b>	<b>13.696.534</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)



	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>207.148</b>	<b>175.125</b>	<b>207.148</b>	<b>175.144</b>
Operações de crédito	18.a	100.270	113.557	100.270	113.557
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	91.603	48.629	91.603	48.648
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(47.596)	(111.129)	(47.596)	(111.129)
Resultado de operações de câmbio		62.871	124.068	62.871	124.068
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(167.611)</b>	<b>(135.583)</b>	<b>(167.338)</b>	<b>(134.566)</b>
Operações de captação no mercado	18.b	(166.543)	(130.043)	(166.270)	(129.026)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(10.779)	(37.931)	(10.779)	(37.931)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	9.711	32.391	9.711	32.391
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>39.537</b>	<b>39.542</b>	<b>39.810</b>	<b>40.578</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(44.946)</b>	<b>(90.663)</b>	<b>(43.467)</b>	<b>(72.888)</b>
Receitas de prestação de serviços	18.d	5.457	5.796	7.088	7.177
Rendas de tarifas bancárias		2.166	1.829	2.166	1.829
Despesas de pessoal	18.e	(21.480)	(23.431)	(21.480)	(23.431)
Outras despesas administrativas	18.f	(20.454)	(24.007)	(21.740)	(25.113)
Despesas tributárias	18.g	(2.496)	(753)	(4.643)	(3.242)
Resultado de participação em controladas	10.a	(437)	(20.166)	-	-
Outras receitas operacionais	18.h	3.168	3.273	10.849	3.869
Outras despesas operacionais	18.i	(10.870)	(33.204)	(15.707)	(33.977)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(5.409)</b>	<b>(51.121)</b>	<b>(3.657)</b>	<b>(32.310)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	18.j	<b>3.560</b>	<b>3.687</b>	<b>2.638</b>	<b>(14.020)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>(1.849)</b>	<b>(47.434)</b>	<b>(1.019)</b>	<b>(46.330)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	19	<b>1.363</b>	<b>38.756</b>	<b>533</b>	<b>37.652</b>
<b>PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO</b>	22	<b>1.016</b>	<b>6.396</b>	<b>1.016</b>	<b>6.396</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>		<b>530</b>	<b>(2.282)</b>	<b>530</b>	<b>(2.282)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES</b>					
Lucro líquido (Prejuízo) por ação ordinária		0,0070	(0,0302)	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) por ação preferencial		0,0073	(0,0314)	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota	Individual e Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do período</b>		<b>530</b>	<b>(2.282)</b>
<b>Outros ajustes abrangentes</b>	<b>17.d</b>	<b>(43.170)</b>	<b>3.050</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda		(78.775)	3.766
Hedges de fluxo de caixa		-	2
Imposto de renda e contribuição social		35.321	(2.496)
Outros <sup>(1)</sup>		284	1.778
<b>Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do período</b>		<b>(42.640)</b>	<b>768</b>

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN n° 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual e Consolidado			Total
		Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>17</b>	<b>1.202.393</b>	<b>(746)</b>	<b>(360.592)</b>	<b>841.055</b>
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	2.071	-	2.071
MTM <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	17.d	-	2	-	2
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	977	-	977
Prejuízo do período		-	-	(2.282)	(2.282)
<b>Saldos em 31 de março de 2020</b>	<b>17</b>	<b>1.202.393</b>	<b>2.304</b>	<b>(362.874)</b>	<b>841.823</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>17</b>	<b>1.202.393</b>	<b>14.517</b>	<b>(424.216)</b>	<b>792.694</b>
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(43.326)	-	(43.326)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	156	-	156
Lucro líquido do período		-	-	530	530
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>17</b>	<b>1.202.393</b>	<b>(28.653)</b>	<b>(423.686)</b>	<b>750.054</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**  
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
<b>(Prejuízo) ajustado</b>		<b>(30.228)</b>	<b>(100.135)</b>	<b>(30.389)</b>	<b>(120.294)</b>
Lucro líquido (Prejuízo) do período		530	(2.282)	530	(2.282)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(21.103)	(49.553)	(21.103)	(49.553)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(9.711)	(32.391)	(9.711)	(32.391)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.363)	(38.756)	(1.087)	(38.749)
Depreciação e amortização	18.f	606	481	606	481
Provisão para contingências		351	1.724	351	1.724
Provisão para garantias financeiras prestadas		25	476	25	476
Resultado de participação em controladas	10.a	437	20.166	-	-
<b>Varição de ativos e passivos</b>		<b>55.089</b>	<b>165.726</b>	<b>55.250</b>	<b>185.718</b>
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(6.012)	(61.518)	(6.012)	(61.518)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(614.960)	(562.037)	(614.960)	(559.562)
(Aumento) Redução de operações de crédito		(314.619)	189.740	(314.619)	189.740
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(81.117)	(127.640)	(83.798)	(126.915)
(Aumento) Redução de outros ativos		4.060	19.040	1.799	55.315
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(33.967)	(375.092)	(33.967)	(375.092)
Aumento (Redução) de depósitos		362.038	411.251	367.775	401.222
Aumento (Redução) de operações compromissadas		757.334	775.184	757.334	775.184
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		43.091	(111.264)	43.091	(111.264)
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		13.148	19.710	13.148	19.710
Aumento (Redução) de outros passivos		(73.907)	(11.648)	(74.541)	(21.102)
<b>Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>24.861</b>	<b>65.591</b>	<b>24.861</b>	<b>65.424</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisição/Alienação de imobilizado de uso		-	(17)	-	(17)
Aquisição/Alienação de intangível		(515)	-	(515)	-
<b>Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento</b>		<b>(515)</b>	<b>(17)</b>	<b>(515)</b>	<b>(17)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Dividendos recebidos		-	591	-	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	14	23.201	2.572	23.201	2.572
<b>Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>23.201</b>	<b>3.163</b>	<b>23.201</b>	<b>2.572</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	230.436	84.568	230.437	85.568
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		21.103	49.553	21.103	49.553
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	299.086	202.858	299.087	203.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

	Nota	Individual		Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
<b>Receitas</b>		<b>220.340</b>	<b>188.897</b>	<b>223.893</b>	<b>172.413</b>
Receitas da intermediação financeira		207.148	175.125	207.148	175.144
Receitas de prestação de serviços	18.d	5.457	5.796	7.088	7.177
Rendas de tarifas bancárias		2.166	1.829	2.166	1.829
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	9.711	32.391	9.711	32.391
Outras		(4.142)	(26.244)	(2.220)	(44.128)
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(177.322)</b>	<b>(167.974)</b>	<b>(177.049)</b>	<b>(166.957)</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>18.f</b>	<b>(16.071)</b>	<b>(19.793)</b>	<b>(17.357)</b>	<b>(20.899)</b>
Materiais, energias e outros		(108)	(190)	(108)	(190)
Serviços de terceiros		(11.258)	(12.214)	(11.979)	(12.824)
Outros		(4.705)	(7.389)	(5.270)	(7.885)
<b>Valor adicionado (consumido) bruto</b>		<b>26.947</b>	<b>1.130</b>	<b>29.487</b>	<b>(15.443)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>18.f</b>	<b>(606)</b>	<b>(481)</b>	<b>(606)</b>	<b>(481)</b>
<b>Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade</b>		<b>26.341</b>	<b>649</b>	<b>28.881</b>	<b>(15.924)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>(437)</b>	<b>(20.166)</b>	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(437)	(20.166)	-	-
<b>Valor adicionado (consumido) total a distribuir</b>		<b>25.904</b>	<b>(19.517)</b>	<b>28.881</b>	<b>(15.924)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado (consumido)</b>		<b>25.904</b>	<b>(19.517)</b>	<b>28.881</b>	<b>(15.924)</b>
Remuneração do trabalho		20.464	17.035	20.464	17.035
Proventos	18.e	13.210	14.855	13.210	14.855
Benefícios e treinamento	18.e	3.009	3.138	3.009	3.138
Encargos sociais	18.e	5.261	5.438	5.261	5.438
Participação nos lucros		(1.016)	(6.396)	(1.016)	(6.396)
Remuneração de governos		1.133	(38.003)	4.110	(34.410)
Federais	18.g	2.112	534	2.665	1.402
Municipais	18.g	384	219	1.978	1.840
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.363)	(38.756)	(533)	(37.652)
Remuneração de capitais de terceiros		3.777	3.733	3.777	3.733
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	3.777	3.733	3.777	3.733
Remuneração de capitais próprios		530	(2.282)	530	(2.282)
Lucro líquido (Prejuízo) retido		530	(2.282)	530	(2.282)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine e Controladas (Consolidado), são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/06, informamos que foram aprovadas, em 10 de maio de 2021, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas de 31 de março de 2021, pelo Conselho de Administração do Pine, dentre outras providências.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

Atividade	Participação % no capital total em	
	31/03/2021	31/12/2020
<b>Dependências no exterior</b>		
Agência Grand Cayman	100,0000	100,0000
<b>Subsidiárias</b>		
Pine Planejamento e Serviços Ltda	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	99,9998
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	99,9900

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Intermediárias do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)  
 Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos  
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis  
 Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa  
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível  
 Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas  
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações  
 Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro  
 Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente  
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes  
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado  
 Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados  
 Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do Valor Justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos significativos em suas informações financeiras dada a sua adoção.

### Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços contidos e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Níveis 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$105.665 que são classificados em Nível 3.

A Resolução CMN nº 4.720/19, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de Informações financeiras de forma completa.

### a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

### b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

#### **e) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

#### **f) Instrumentos Financeiros Derivativos**

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

. Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

. Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

#### **g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

A Resolução do CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- . Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- . Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- . Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

#### **h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na Nota 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

#### **i) Baixa de ativos financeiros**

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

. Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

#### **j) Outros valores e bens**

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

#### **k) Despesas antecipadas**

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

#### **l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo**

São demonstrados pelos valores de custo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

#### **m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível**

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- . A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- . A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;
- . Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
- . A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- . O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

#### **o) Operações compromissadas**

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

#### **p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### **q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

#### r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

#### s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

A alíquota da CSLL, para bancos de qualquer espécie, foi elevado de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

#### t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

#### u) Lucro líquido (Prejuízo) por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

#### v) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

#### x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para perdas esperadas; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

#### y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Disponibilidades	292.788	155.094	292.789	155.095
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) <sup>(1)</sup>	6.298	75.342	6.298	75.342
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>299.086</b>	<b>230.436</b>	<b>299.087</b>	<b>230.437</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
<b>Aplicações em operações compromissadas</b>				
LTN - Letras do Tesouro Nacional	5.299	-	5.299	45.003
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	18.997
NTN - Notas do Tesouro Nacional	999	-	999	-
<b>Total de aplicações em operações compromissadas</b>	<b>6.298</b>	<b>-</b>	<b>6.298</b>	<b>64.000</b>
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>				
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	6.012	6.012	1.050
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	-	-	10.292
<b>Total de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>6.012</b>	<b>6.012</b>	<b>11.342</b>
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>6.298</b>	<b>6.012</b>	<b>12.310</b>	<b>75.342</b>

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**a) Títulos e valores mobiliários**

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	Individual e Consolidado										
	Valor de Mercado/Contábil						31/03/2021		31/12/2020		
	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
<b>Títulos disponíveis para venda</b>											
<b>Títulos públicos</b>	-	-	<b>638.520</b>	<b>717.835</b>	<b>825.355</b>	<b>2.181.710</b>	<b>2.233.793</b>	<b>(52.083)</b>	<b>2.298.351</b>	<b>2.274.807</b>	<b>23.544</b>
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	360.073	717.835	-	1.077.908	1.084.568	(6.660)	1.074.869	1.079.289	(4.420)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	278.447	-	-	278.447	284.370	(5.923)	282.631	281.822	809
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	825.355	825.355	864.855	(39.500)	940.851	913.696	27.155
<b>Títulos privados</b>	-	<b>14.101</b>	<b>31.522</b>	<b>3.378</b>	<b>89.673</b>	<b>138.674</b>	<b>138.039</b>	<b>635</b>	<b>146.416</b>	<b>142.634</b>	<b>3.782</b>
Debêntures <sup>(1)</sup>	-	14.101	31.522	3.378	88.186	137.187	137.353	(166)	144.679	141.899	2.780
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.487	1.487	686	801	1.737	735	1.002
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	-	<b>14.101</b>	<b>670.042</b>	<b>721.213</b>	<b>915.028</b>	<b>2.320.384</b>	<b>2.371.832</b>	<b>(51.448)</b>	<b>2.444.767</b>	<b>2.417.441</b>	<b>27.326</b>
<b>Títulos para negociação <sup>(2)</sup></b>											
<b>Títulos públicos</b>	-	-	<b>4</b>	<b>64.009</b>	<b>198.277</b>	<b>262.290</b>	<b>264.798</b>	<b>(2.508)</b>	<b>262.359</b>	<b>264.534</b>	<b>(2.175)</b>
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	4	8.200	327	8.531	8.050	481	9.947	9.043	904
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	55.809	197.950	253.759	256.748	(2.989)	252.412	255.491	(3.079)
<b>Títulos privados</b>	<b>521</b>	-	-	-	-	<b>521</b>	<b>521</b>	-	<b>441</b>	<b>441</b>	-
Ações de companhias abertas	521	-	-	-	-	521	521	-	441	441	-
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>521</b>	-	<b>4</b>	<b>64.009</b>	<b>198.277</b>	<b>262.811</b>	<b>265.319</b>	<b>(2.508)</b>	<b>262.800</b>	<b>264.975</b>	<b>(2.175)</b>
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>											
<b>Títulos públicos</b>	-	-	<b>285.913</b>	<b>652.007</b>	<b>2.286.099</b>	<b>3.224.019</b>	<b>3.224.019</b>	-	<b>2.527.857</b>	<b>2.527.857</b>	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	285.913	-	-	285.913	285.913	-	282.269	282.269	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	652.007	2.286.099	2.938.106	2.938.106	-	2.245.588	2.245.588	-
<b>Total de títulos mantidos até o vencimento</b>	-	-	<b>285.913</b>	<b>652.007</b>	<b>2.286.099</b>	<b>3.224.019</b>	<b>3.224.019</b>	-	<b>2.527.857</b>	<b>2.527.857</b>	-
<b>Total de títulos</b>	<b>521</b>	<b>14.101</b>	<b>955.959</b>	<b>1.437.229</b>	<b>3.399.404</b>	<b>5.807.214</b>	<b>5.861.170</b>	<b>(53.956)</b>	<b>5.235.424</b>	<b>5.210.273</b>	<b>25.151</b>

(1) Em 31 de março de 2021, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, os montantes de R\$3.903 (31 de março de 2020 R\$3.086) de perdas permanentes, foram reconhecidos no resultado, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título.

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular Bacen nº 3.068/08, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de março de 2021, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$28.297, registrados no patrimônio líquido do Pine, no Individual e no Consolidado, líquidos dos efeitos tributários (ajuste positivo acumulado de R\$15.029 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$2.508 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$2.175 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2020) no resultado.

## b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Rendas de operações com títulos de renda fixa	95.850	54.587	95.850	54.606
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(4.327)	(5.725)	(4.327)	(5.725)
Resultado de operações com títulos de renda variável	437	19	437	19
Despesas de operações com títulos de renda variável	(357)	(252)	(357)	(252)
<b>Total</b>	<b>91.603</b>	<b>48.629</b>	<b>91.603</b>	<b>48.648</b>

## c) Instrumentos financeiros derivativos

## i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

## ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e crédito previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

## iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

## iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado					
	31/03/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
<b>ATIVO</b>						
Swap - diferencial a receber	1.672	1.696.926	1.698.598	4.234	2.100.326	2.104.560
Contratos a termo - a receber	132.799	10.102	142.901	146.409	7.031	153.440
Prêmios de opções a exercer	21.605	751	22.356	21.079	419	21.498
<b>Total a receber</b>	<b>156.076</b>	<b>1.707.779</b>	<b>1.863.855</b>	<b>171.722</b>	<b>2.107.776</b>	<b>2.279.498</b>
<b>PASSIVO</b>						
Swap - diferencial a pagar	(2.929)	(1.953.384)	(1.956.313)	(1.029)	(2.407.429)	(2.408.458)
Contratos a termo - a pagar	(18.388)	(364)	(18.752)	(23.100)	(367)	(23.467)
Prêmios de opções lançadas	(9.642)	(132)	(9.774)	(2.156)	(368)	(2.524)
<b>Total a pagar</b>	<b>(30.959)</b>	<b>(1.953.880)</b>	<b>(1.984.839)</b>	<b>(26.285)</b>	<b>(2.408.164)</b>	<b>(2.434.449)</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>125.117</b>	<b>(246.101)</b>	<b>(120.984)</b>	<b>145.437</b>	<b>(300.388)</b>	<b>(154.951)</b>

## v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado						
	31/03/2021				31/12/2020		
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado/ Patrimônio líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar
<b>Swap</b>							
<b>Risco de mercado</b>							
<b>Posição ativa:</b>	<b>4.496.394</b>	<b>1.676.162</b>	-		<b>4.442.326</b>	<b>2.086.066</b>	-
Juros	4.402.301	1.610.189	-		4.359.018	2.028.160	-
Moeda	94.093	65.973	-		83.308	57.906	-
<b>Posição passiva:</b>	<b>4.496.394</b>	-	<b>(1.956.313)</b>		<b>4.442.326</b>	-	<b>(2.408.458)</b>
Juros	4.335.390	-	(1.931.524)		4.340.843	-	(2.390.602)
Moeda	161.004	-	(24.789)		101.483	-	(17.856)
<b>Valor líquido</b>		<b>1.676.162</b>	<b>(1.956.313)</b>	<b>38.678</b>		<b>2.086.066</b>	<b>(2.408.458)</b>
<b>Hedge Accounting</b>							
<b>Fluxo de Caixa <sup>(1)</sup></b>							
<b>Posição ativa:</b>	<b>17.666</b>	<b>22.436</b>	-		<b>17.666</b>	<b>18.494</b>	-
Moeda	17.666	22.436	-		17.666	18.494	-
<b>Valor líquido</b>		<b>22.436</b>	-	<b>3.461</b>		<b>18.494</b>	-
<b>Valor líquido de Swap</b>		<b>1.698.598</b>	<b>(1.956.313)</b>	<b>42.139</b>		<b>2.104.560</b>	<b>(2.408.458)</b>

Contratos a termo								
<b>Posição ativa:</b>	<b>2.064.742</b>	<b>142.901</b>	-		<b>2.073.155</b>	<b>153.440</b>	-	
Juros	641.593	13.787	-		823.971	37.096	-	
Moeda	1.346.684	123.422	-		1.184.696	108.161	-	
Commodities	76.465	5.692	-		64.488	8.183	-	
<b>Posição passiva:</b>	<b>2.064.742</b>	-	<b>(18.752)</b>		<b>2.073.155</b>	-	<b>(23.467)</b>	
Juros	1.423.149	-	(4.574)		1.249.184	-	(19.427)	
Moeda	598.346	-	(14.178)		780.724	-	(4.040)	
Commodities	43.247	-	-		43.247	-	-	
<b>Valor líquido</b>		<b>142.901</b>	<b>(18.752)</b>	<b>45.532</b>		<b>153.440</b>	<b>(23.467)</b>	<b>512.376</b>
Opções								
<b>Prêmios de opções a exercer</b>	-	<b>22.356</b>	-		-	<b>21.498</b>	-	
Moeda	-	22.356	-		-	21.498	-	
<b>Prêmios de opções lançadas</b>	<b>27.000</b>	-	<b>(9.774)</b>		<b>55.000</b>	-	<b>(2.524)</b>	
Juros	-	-	-		-	-	(2.524)	
Moeda	27.000	-	(9.774)		55.000	-	-	
<b>Valor líquido</b>		<b>22.356</b>	<b>(9.774)</b>	<b>8.060</b>		<b>21.498</b>	<b>(2.524)</b>	<b>19.854</b>
<b>Total a receber (pagar) e ganho (perda)</b>		<b>1.863.855</b>	<b>(1.984.839)</b>	<b>95.731</b>		<b>2.279.498</b>	<b>(2.434.449)</b>	<b>512.251</b>

(1) Em 31 de março de 2021, o valor de R\$19 negativo (R\$400 negativo em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao MTM do hedge de fluxo de caixa reconhecido no Patrimônio Líquido.

## vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	31/03/2021				31/12/2020			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber	Resultado
Compra	Venda	(pagar)	Compra		Venda	(pagar)		
Mercado interfinanceiro	885.102	2.488.898	271		871.040	2.027.325	994	
Moeda	18.147	2.076.667	32.877		-	1.669.983	4.341	
Cupom cambial futuro	306.811	314.413	227		592.371	557.519	(14)	
Commodities	59.807	223.088	-		45.865	146.507	-	
<b>Total</b>	<b>1.269.867</b>	<b>5.103.066</b>	<b>33.375</b>	<b>(143.327)</b>	<b>1.509.276</b>	<b>4.401.334</b>	<b>5.321</b>	<b>(584.778)</b>

## vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado							
	31/03/2021					31/12/2020		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Swap	106.814	133.622	87.715	4.164.651	21.258	4.514.060	4.459.992	
Contratos a termo	1.449.920	532.788	82.034	-	-	2.064.742	2.073.155	
Opções	27.000	-	-	-	-	27.000	55.000	
Futuros	4.937.375	410.530	351.280	510.330	163.418	6.372.933	5.910.610	
<b>Total</b>	<b>6.521.109</b>	<b>1.076.940</b>	<b>521.029</b>	<b>4.674.981</b>	<b>184.676</b>	<b>12.978.735</b>	<b>12.498.757</b>	

## viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	Individual e Consolidado							
	31/03/2021				31/12/2020			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
<b>Bolsa</b>	-	-	<b>27.000</b>	<b>6.372.933</b>	-	-	<b>55.000</b>	<b>5.910.610</b>
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	27.000	6.073.315	-	-	55.000	5.691.377
Bolsas no exterior	-	-	-	299.618	-	-	-	219.233
<b>Balcão</b>	<b>4.514.060</b>	<b>2.064.742</b>	-	-	<b>4.459.992</b>	<b>2.073.155</b>	-	-
Instituições Financeiras	2.824.397	-	-	-	75.188	-	-	-
Empresas	1.689.663	2.064.742	-	-	4.384.804	2.073.155	-	-
<b>Total</b>	<b>4.514.060</b>	<b>2.064.742</b>	<b>27.000</b>	<b>6.372.933</b>	<b>4.459.992</b>	<b>2.073.155</b>	<b>55.000</b>	<b>5.910.610</b>

## ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	31/03/2021	31/12/2020
LFT - Letra financeira do tesouro	556.982	583.655
LTN - Letra do tesouro nacional	34.947	-
<b>Total</b>	<b>591.929</b>	<b>583.655</b>

## x) Hedge Accounting

## x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 31 de março de 2021, foi lançado ao patrimônio líquido no valor negativo de R\$19 (R\$400 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor positivo de R\$14 (R\$396 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	31/03/2021				Individual e Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
<b>Instrumento de Hedge</b>								
Contratos de swap (ponta ativa)	17.666	40.909	40.890	(19)	17.666	36.778	36.378	(400)
<b>Total</b>	<b>17.666</b>	<b>40.909</b>	<b>40.890</b>	<b>(19)</b>	<b>17.666</b>	<b>36.778</b>	<b>36.378</b>	<b>(400)</b>
<b>Objeto de Hedge</b>								
Repasse do exterior	17.666	41.027	41.013	14	17.666	36.791	36.395	396
<b>Total</b>	<b>17.666</b>	<b>41.027</b>	<b>41.013</b>	<b>14</b>	<b>17.666</b>	<b>36.791</b>	<b>36.395</b>	<b>396</b>

## 7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

### a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Capital de giro	2.295.553	2.140.413	2.295.553	2.140.413
Resolução CMN nº 3.844	43.310	38.800	43.310	38.800
Conta corrente garantida	129.387	120.592	129.387	120.592
Repasse de instituições oficiais do Brasil	20.075	23.024	20.075	23.024
Financiamento em moeda estrangeira	22.317	10.742	22.317	10.742
Financiamentos a exportação	493.630	413.920	493.630	413.920
Títulos descontados	551.561	509.216	551.561	509.216
<b>Subtotal de operações de crédito</b>	<b>3.555.833</b>	<b>3.256.707</b>	<b>3.555.833</b>	<b>3.256.707</b>
Devedores por compra de valores e bens <sup>(1)</sup>	199.815	218.886	201.166	220.269
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber <sup>(2)</sup>	423.857	367.106	423.857	367.106
Avais e Fianças Honradas	86.902	87.663	86.902	87.663
<b>Carteira de crédito</b>	<b>4.266.407</b>	<b>3.930.362</b>	<b>4.267.758</b>	<b>3.931.745</b>
Créditos abertos para importação	70.923	29.892	70.923	29.892
Garantias prestadas	431.615	419.242	431.615	419.242
<b>Garantias prestadas e responsabilidades</b>	<b>502.538</b>	<b>449.134</b>	<b>502.538</b>	<b>449.134</b>
Títulos Privados <sup>(3)</sup>	138.674	146.416	138.674	146.416
<b>Títulos com risco de crédito</b>	<b>138.674</b>	<b>146.416</b>	<b>138.674</b>	<b>146.416</b>
<b>Total carteira expandida</b>	<b>4.907.619</b>	<b>4.525.912</b>	<b>4.908.970</b>	<b>4.527.295</b>

(1) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 9.a).

(2) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8).

(3) Representados, principalmente, por debêntures e certificados de recebíveis, compostos na carteira do Pine (Nota 6.a).

### b) Por vencimento

Prazo	Individual			Consolidado		
	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	1.247.062	25.051	1.272.113	1.247.062	25.051	1.272.113
De 3 a 12 meses	1.518.263	15.229	1.533.492	1.518.263	15.229	1.533.492
De 1 a 3 anos	1.173.244	-	1.173.244	1.174.595	-	1.174.595
De 3 a 5 anos	181.403	-	181.403	181.403	-	181.403
De 5 a 15 anos	106.155	-	106.155	95.810	-	95.810
Acima de 15 anos	-	-	-	19.603	-	19.603
<b>Total carteira de crédito</b>	<b>4.226.127</b>	<b>40.280</b>	<b>4.266.407</b>	<b>4.227.478</b>	<b>40.280</b>	<b>4.267.758</b>
Até 3 meses	15.094	-	15.094	15.094	-	15.094
De 3 a 12 meses	268.173	-	268.173	268.173	-	268.173
De 1 a 3 anos	117.999	-	117.999	117.999	-	117.999
De 3 a 5 anos	98.991	-	98.991	98.991	-	98.991
De 5 a 15 anos	2.281	-	2.281	3.904	-	3.904
<b>Total garantias prestadas e responsat</b>	<b>502.538</b>	-	<b>502.538</b>	<b>502.538</b>	-	<b>502.538</b>
Até 3 meses	-	-	-	2.033	-	2.033
De 3 a 12 meses	14.101	-	14.101	14.101	-	14.101
De 1 a 3 anos	31.522	-	31.522	37.081	-	37.081
De 3 a 5 anos	3.379	-	3.379	-	-	-
De 5 a 15 anos	67.047	-	67.047	70.296	-	70.296
Acima de 15 anos	22.625	-	22.625	22.625	-	22.625
<b>Total títulos com risco de crédito</b>	<b>138.674</b>	-	<b>138.674</b>	<b>138.674</b>	-	<b>138.674</b>
<b>Total carteira expandida</b>	<b>4.867.339</b>	<b>40.280</b>	<b>4.907.619</b>	<b>4.868.690</b>	<b>40.280</b>	<b>4.908.970</b>

### c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Administração Pública	190.628	180.263	190.628	180.263
Agropecuário	592.224	581.824	592.224	581.824
Alimentos e Bebidas	274.451	271.725	274.451	271.725
Comércio	662.700	590.056	662.700	590.056
Construção e Imobiliário	544.380	562.347	545.731	563.730
Financeiro	92.882	40.766	92.882	40.766
Papel e Celulose	135.587	102.737	135.587	102.737
Químico e Petroquímico	205.205	188.227	205.205	188.227
Educação, Saúde e Outros Serviços Sociais	84.438	50.775	84.438	50.775
Siderurgia e Metalurgia	56.402	45.255	56.402	45.255
Telecomunicações	136.808	114.710	136.808	114.710
Transportes	249.461	216.885	249.461	216.885
Açúcar e Alcool	332.908	366.835	332.908	366.835
Indústria	166.877	151.241	166.877	151.241
Serviços	226.516	176.586	226.516	176.586
Outros	956.152	885.680	956.152	885.680
<b>Total da carteira expandida</b>	<b>4.907.619</b>	<b>4.525.912</b>	<b>4.908.970</b>	<b>4.527.295</b>

**d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento**

Nível	31/03/2021			31/12/2020		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	382.867	-	382.867	-	376.016	-
A	1.196.158	-	1.196.158	5.981	969.416	4.847
B	1.346.626	2.960	1.349.586	13.496	1.153.056	11.531
C	968.397	8.908	977.305	29.319	1.094.733	32.842
D	61.557	7.707	69.264	6.926	61.852	15.102
E	35.178	887	36.065	10.819	42.592	20.870
F	86.674	11.400	98.074	50.196	60.820	41.966
G	91.548	613	92.161	91.239	92.767	91.839
H	57.122	7.805	64.927	64.927	79.110	79.110
<b>Total</b>	<b>4.226.127</b>	<b>40.280</b>	<b>4.266.407</b>	<b>272.903</b>	<b>3.930.362</b>	<b>298.107</b>

Nível	31/03/2021			31/12/2020		
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	384.218	-	384.218	-	377.399	-
A	1.196.158	-	1.196.158	5.981	969.416	4.847
B	1.346.626	2.960	1.349.586	13.496	1.153.056	11.531
C	968.397	8.908	977.305	29.319	1.094.733	32.842
D	61.557	7.707	69.264	6.926	61.852	15.102
E	35.178	887	36.065	10.819	42.592	20.870
F	86.674	11.400	98.074	50.196	60.820	41.966
G	91.548	613	92.161	91.239	92.767	91.839
H	57.122	7.805	64.927	64.927	79.110	79.110
<b>Total</b>	<b>4.227.478</b>	<b>40.280</b>	<b>4.267.758</b>	<b>272.903</b>	<b>3.931.745</b>	<b>298.107</b>

Em 31 de março de 2021, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$27.886 (R\$55.468 em 31 de dezembro de 2020) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

**e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine**

Maiores devedores	31/03/2021		31/12/2020		31/03/2021		31/12/2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	105.948	2,16	100.341	2,22	105.948	2,16	100.341	2,22
2º ao 10º	721.776	14,71	708.823	15,66	721.776	14,70	708.823	15,66
11º ao 20º	536.433	10,93	482.480	10,66	536.433	10,93	482.480	10,66
21º ao 50º	878.169	17,89	839.943	18,56	878.169	17,89	839.943	18,55
51º ao 100º	735.439	14,99	716.434	15,83	735.439	14,98	716.434	15,82
Demais devedores	1.929.854	39,32	1.677.891	37,07	1.931.205	39,34	1.679.274	37,09
<b>Total carteira expandida</b>	<b>4.907.619</b>	<b>100,00</b>	<b>4.525.912</b>	<b>100,00</b>	<b>4.908.970</b>	<b>100,00</b>	<b>4.527.295</b>	<b>100,00</b>

**f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99**

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>298.107</b>	<b>448.886</b>
Constituição/(Reversão)	(9.711)	(32.391)
Baixas para prejuízo	(15.493)	(16.137)
<b>Saldo final</b>	<b>272.903</b>	<b>400.358</b>

Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.711	32.391
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.g)	3.519	1.700
Impairment - Debêntures	(3.903)	(3.086)
Despesas com Cessão (Nota 18.i)	-	(27.998)
Descontos concedidos	(1.421)	(134)
Outras Provisões	(8.350)	(323)
<b>Total</b>	<b>(444)</b>	<b>2.550</b>

**g) Recuperação de crédito**

Em 31 de março de 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$3.519 (R\$1.700 em 31 de março de 2020).

**h) Renegociação de contratos**

Em 31 de março de 2021 existiam contratos renegociados no valor de R\$427.917 (R\$401.242 em 31 de dezembro de 2020). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

**i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios**

Em 31 de março de 2021 não houve operações de cessões de crédito sem coobrigação. Em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$82.334. Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$36.031, não descontado a provisão no valor de R\$39.899. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$33.090, essas cessões geraram um ganho no valor de R\$9.850 registrados na rubrica "Operações de Crédito".

## 8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Avais e fianças honradas	86.902	87.663	86.902	87.663
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	538.655	487.870	538.655	487.870
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	55.271	55.335	57.566	57.623
Diversos (Nota 8.b)	292.140	306.681	785.768	797.757
Negociação e Intermediação de Valores	64.141	18.892	64.141	18.892
Rendas a receber	19.117	20.603	19.830	21.196
Relações interfinanceiras	9.319	3.942	9.319	3.942
<b>Total</b>	<b>1.065.545</b>	<b>980.986</b>	<b>1.562.181</b>	<b>1.474.943</b>
<b>Circulante</b>	<b>730.333</b>	<b>665.634</b>	<b>744.835</b>	<b>670.731</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>335.212</b>	<b>315.352</b>	<b>817.346</b>	<b>804.212</b>

## a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	458.679	420.409
Direitos sobre venda de câmbio	68.894	57.382
Rendas a receber	12.214	10.079
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(1.132)	-
<b>Total</b>	<b>538.655</b>	<b>487.870</b>
<b>Circulante</b>	<b>501.063</b>	<b>487.870</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>37.592</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio vendido a liquidar	69.759	57.808
Obrigações por compra de câmbio	426.016	416.855
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(411.643)	(357.027)
<b>Total</b>	<b>84.132</b>	<b>117.636</b>
<b>Circulante</b>	<b>84.132</b>	<b>117.636</b>

## b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Adiantamentos e antecipações salariais	324	312	324	312
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	134	151	134	207
Adiantamentos por conta de imobilizações	8.003	6.860	8.789	7.646
Devedores por compra de valores e bens <sup>(1)</sup>	199.815	218.886	201.166	220.269
Imposto de renda a compensar	66.725	67.757	68.519	69.538
Valores a receber de sociedades ligadas	2	13	-	-
Títulos e créditos a receber	-	-	484.479	482.623
Devedores diversos - País e exterior	17.137	12.702	22.357	17.162
<b>Total</b>	<b>292.140</b>	<b>306.681</b>	<b>785.768</b>	<b>797.757</b>
<b>Circulante</b>	<b>58.577</b>	<b>56.196</b>	<b>72.366</b>	<b>60.700</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>233.563</b>	<b>250.485</b>	<b>713.402</b>	<b>737.057</b>

(1) Refere-se a venda a prazo de ativos não Financeiros mantidos para venda.

## 9. ATIVOS FISCAIS

## a) Créditos Tributários

Com base na Resolução n° CMN 4.720/19 e a Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	Individual			Consolidado		
	31/03/2021		Total	31/12/2020		Total
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	107.482	85.985	193.467	109.665	87.732	197.397
Créditos baixados para prejuízo	104.687	83.750	188.437	101.709	81.368	183.077
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	208.401	166.602	375.003	205.902	164.600	370.502
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	248.994	-	248.994	252.387	-	252.387
Outras provisões	4.924	3.940	8.864	5.082	4.066	9.148
<b>Total</b>	<b>674.580</b>	<b>340.351</b>	<b>1.014.931</b>	<b>674.837</b>	<b>337.840</b>	<b>1.012.677</b>

	Individual			Consolidado		
	31/03/2021		Total	31/12/2020		Total
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	108.743	86.452	195.195	111.137	88.262	199.399
Créditos baixados para prejuízo	104.687	83.750	188.437	101.709	81.368	183.077
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	92	74	166	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	208.401	166.602	375.003	205.902	164.600	370.502
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	248.994	-	248.994	252.387	-	252.387
Outras provisões	4.924	3.940	8.864	5.082	4.066	9.148
<b>Total</b>	<b>675.841</b>	<b>340.818</b>	<b>1.016.659</b>	<b>676.309</b>	<b>338.370</b>	<b>1.014.679</b>

## b) Obrigações Fiscais Diferidas

	Individual			Consolidado		
	31/03/2021		Total	31/12/2020		Total
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL	
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.045	1.636	3.681	2.025	1.620	3.645
Ajuste de títulos para negociação	640	512	1.152	633	507	1.140
Ajuste de títulos disponíveis para venda	200	160	360	7.937	6.349	14.286
Mercado futuro - Lei n° 11.196	1.327	1.061	2.388	9.326	7.461	16.787
MTM Derivativos	36.746	29.396	66.142	106.616	85.292	191.908
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	130.221	-	130.221	(14.557)	-	(14.557)
MTM hedge de fluxo de caixa	4	3	7	99	79	178
<b>Total (Nota 16.a)</b>	<b>171.183</b>	<b>32.768</b>	<b>203.951</b>	<b>112.079</b>	<b>101.308</b>	<b>213.387</b>

			31/03/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	Consolidado	
							31/12/2020	
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.142	1.694	3.836	2.120	1.677	3.797		
Ajuste de títulos para negociação	640	512	1.152	633	507	1.140		
Ajuste de títulos disponíveis para venda	200	160	360	7.937	6.349	14.286		
Mercado futuro - Lei nº 11.196	1.327	1.061	2.388	9.326	7.461	16.787		
MTM Derivativos	36.746	29.396	66.142	106.616	85.292	191.908		
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	130.221	-	130.221	(14.557)	-	(14.557)		
MTM hedge de fluxo de caixa	4	3	7	99	79	178		
<b>Total (Nota 16.a)</b>	<b>171.280</b>	<b>32.826</b>	<b>204.106</b>	<b>112.174</b>	<b>101.365</b>	<b>213.539</b>		

## c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.012.677	906.927	1.014.679	907.980
Constituição	15.578	189.293	20.402	209.156
Reversão	(13.324)	(83.543)	(18.422)	(102.457)
<b>Saldo final</b>	<b>1.014.931</b>	<b>1.012.677</b>	<b>1.016.659</b>	<b>1.014.679</b>

Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Saldo inicial	213.387	186.875	213.539	187.008
Constituição	-	148.360	462	150.106
Reversão	(9.436)	(121.848)	(9.895)	(123.575)
<b>Saldo final</b>	<b>203.951</b>	<b>213.387</b>	<b>204.106</b>	<b>213.539</b>

## d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual			Consolidado				
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	200.507	128.192	328.699	318.241	200.507	128.192	328.699	318.241
De 1 a 2 anos	14.539	6.981	21.520	20.162	15.800	7.448	23.248	21.781
De 2 a 3 anos	20.373	11.285	31.658	28.523	20.373	11.285	31.658	28.523
De 3 a 4 anos	17.261	6.545	23.806	20.889	17.261	6.545	23.806	20.889
De 4 a 5 anos	167.269	9.180	176.449	147.662	167.269	9.180	176.449	147.662
De 5 a 8 anos	160.740	103.417	264.157	205.377	160.740	103.417	264.157	205.377
De 8 a 10 anos	93.891	74.751	168.642	129.098	93.891	74.751	168.642	129.098
<b>Total</b>	<b>674.580</b>	<b>340.351</b>	<b>1.014.931</b>	<b>869.952</b>	<b>675.841</b>	<b>340.818</b>	<b>1.016.659</b>	<b>871.571</b>

Obrigações fiscais diferidas	Individual			Consolidado				
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	10.046	8.037	18.083	18.083	10.046	8.037	18.083	18.083
De 1 a 2 anos	368	295	663	663	465	353	818	818
De 2 a 3 anos	154	123	277	277	154	123	277	277
De 3 a 4 anos	7.130	5.704	12.834	12.834	7.130	5.704	12.834	12.834
De 4 a 5 anos	20.372	16.800	37.172	37.172	20.372	16.800	37.172	37.172
De 5 a 8 anos	216	173	389	389	216	173	389	389
De 8 a 10 anos	132.897	1.636	134.533	134.533	132.897	1.636	134.533	134.533
<b>Total</b>	<b>171.183</b>	<b>32.768</b>	<b>203.951</b>	<b>203.951</b>	<b>171.280</b>	<b>32.826</b>	<b>204.106</b>	<b>204.106</b>

## 10. INVESTIMENTOS

## a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de Equivalência Patrimonial

	31/03/2021						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do período	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	658	-	658	-
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	15.300	(128)	15.300	(128)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.100	(3)	2.100	(3)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário	99,9999	500.796.649	500.797	498.609	(136)	498.609	(136)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	6.800	1.363	6.800	1.363
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.528	(79)	51.528	(79)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	54.056	(1.454)	54.056	(1.454)
<b>Total</b>					<b>(437)</b>	<b>629.051</b>	<b>(437)</b>

	31/12/2020						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	658	4	658	4
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	13.384	15.427	528	15.427	528
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.103	1.509	2.103	1.509
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário	99,9999	500.796.649	500.797	498.746	(11.324)	498.746	(11.324)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	99.999	100	5.436	5.179	5.436	5.179
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9900	52.199.999	52.200	51.607	(303)	51.607	(303)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9900	84.030.599	86.031	55.511	(26.309)	55.511	(26.309)
<b>Total</b>					<b>(30.716)</b>	<b>629.488</b>	<b>(30.716)</b>

## b) Outros Investimentos

O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$474, avaliado pelo método de custo.

## 11. OUTROS ATIVOS

### a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imóveis	399.323	394.712	469.867	471.414
Provisão para perdas	(14.939)	(12.150)	(18.112)	(16.631)
Outros	-	3.059	-	3.059
<b>Total</b>	<b>384.384</b>	<b>385.621</b>	<b>451.755</b>	<b>457.842</b>
<b>Circulante</b>	<b>384.384</b>	<b>385.621</b>	<b>451.755</b>	<b>457.842</b>

### b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Prêmios de seguros	11.415	12.973	11.461	13.022
Aluguéis <sup>(1)</sup>	17.440	19.865	17.440	19.865
Gastos na emissão de títulos no Exterior	159	180	159	180
Impostos <sup>(2)</sup>	780	-	7.893	-
Outras	486	85	487	85
<b>Total</b>	<b>30.280</b>	<b>33.103</b>	<b>37.440</b>	<b>33.152</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.584</b>	<b>13.577</b>	<b>23.705</b>	<b>13.591</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>13.696</b>	<b>19.526</b>	<b>13.735</b>	<b>19.561</b>

(1) Em 31 de março de 2021, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

(2) Em 31 de março de 2021, refere-se ao IPTU de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.

## 12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
<b>Imobilizados de Uso</b>				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.603	(14.329)	7.274	7.515
<b>Outros Imobilizados de Uso</b>				
Sistema de Segurança e Comunicação	2.573	(1.550)	1.023	1.055
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(1.976)	302	370
Sistema de Transporte	230	(230)	-	8
<b>Total</b>	<b>26.684</b>	<b>(18.085)</b>	<b>8.599</b>	<b>8.948</b>

## 13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Depósitos (Nota 13.a)	7.704.959	7.342.921	7.641.779	7.274.004
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	2.768.069	2.010.735	2.768.069	2.010.735
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	578.266	535.175	578.266	535.175
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	72.570	59.422	72.570	59.422
<b>Total</b>	<b>11.123.864</b>	<b>9.948.253</b>	<b>11.060.684</b>	<b>9.879.336</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.744.836</b>	<b>4.699.971</b>	<b>5.719.711</b>	<b>4.679.792</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>5.379.028</b>	<b>5.248.282</b>	<b>5.340.973</b>	<b>5.199.544</b>

### a) Depósitos

Composição por Vencimento	31/03/2021					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	168.612	-	-	152.260	-	-
Até 30 dias	-	147.808	-	-	147.808	-
De 31 a 60 dias	-	302.031	-	-	302.031	-
De 61 a 90 dias	-	315.885	242	-	307.113	242
De 91 a 180 dias	-	772.242	-	-	772.242	-
De 181 a 360 dias	-	822.056	84.530	-	822.055	84.530
Acima de 360 dias	-	4.618.004	473.549	-	4.579.949	473.549
<b>Total</b>	<b>168.612</b>	<b>6.978.026</b>	<b>558.321</b>	<b>152.260</b>	<b>6.931.198</b>	<b>558.321</b>

Composição por Vencimento	31/12/2020					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos			Depósitos		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Interfinanceiros
Sem vencimento	169.368	-	-	168.487	-	-
Até 30 dias	-	128.218	-	-	128.218	-
De 31 a 60 dias	-	98.744	10.243	-	98.743	10.243
De 61 a 90 dias	-	105.320	-	-	105.320	-
De 91 a 180 dias	-	749.061	240	-	730.622	240
De 181 a 360 dias	-	1.060.401	8.016	-	1.059.543	8.016
Acima de 360 dias	-	4.499.815	513.495	-	4.451.077	513.495
<b>Total</b>	<b>169.368</b>	<b>6.641.559</b>	<b>531.994</b>	<b>168.487</b>	<b>6.573.523</b>	<b>531.994</b>

**b) Captações no Mercado Aberto**

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
<b>Carteira Própria</b>		
LTN - letra do tesouro nacional	199.946	134.528
NTN - notas do tesouro nacional	2.520.051	1.800.587
Debêntures	48.072	75.620
<b>Total</b>	<b>2.768.069</b>	<b>2.010.735</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.768.069</b>	<b>2.010.735</b>

**c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

	Individual e Consolidado				
	Até 3 meses		De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
	31/03/2021	31/12/2020	Total	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	4.556	56.169	116.674	177.399	174.717
Letras de crédito do agronegócio	23.352	158.834	158.304	340.490	300.747
Letras financeiras	-	60.377	-	60.377	59.711
<b>Total</b>	<b>27.908</b>	<b>275.380</b>	<b>274.978</b>	<b>578.266</b>	<b>535.175</b>

**d) Obrigação por Empréstimos e Repasses**

	Individual e Consolidado				
	Até 3 meses		De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
	31/03/2021	31/12/2020	Total	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	1.934	5.641	12.497	20.072	23.019
Operações de repasses do exterior	41.035	-	-	41.035	36.398
Operações de empréstimos no exterior	5	11.458	-	11.463	5
<b>Total</b>	<b>42.974</b>	<b>17.099</b>	<b>12.497</b>	<b>72.570</b>	<b>59.422</b>

**14. DÍVIDA SUBORDINADA**

Por prazo	Individual e Consolidado				
	De 3 a 12 meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/03/2021	31/12/2020
Letras Financeiras	65.717	72.272	27.647	165.636	142.435
<b>Total</b>	<b>65.717</b>	<b>72.272</b>	<b>27.647</b>	<b>165.636</b>	<b>142.435</b>

Papel	Individual e Consolidado						
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/03/2021	31/12/2020
<b>Letras Financeiras</b>							
	16.500	2011	2021	CDI	145%	65.717	63.398
	26.915	2018	2024	CDI	150% a 153%	28.374	28.139
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.014	2.001
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.093	15.041
	16.500	2019	2025	IPCA	9,76%	18.150	18.128
	5.000	2019	2026	CDI	150%	5.054	5.018
	8.500	2019	2026	IPCA	10,15%	9.390	9.331
	300	2019	2026	CDI	149%	387	375
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.010	1.004
	20.000	2021	2028	CDI	189%	20.447	-
<b>Total</b>	<b>110.491</b>					<b>165.636</b>	<b>142.435</b>

**15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

	Individual e Consolidado			
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	369	369	369	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	6.969	6.588	6.969	6.588
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	6.876	6.629	6.876	6.629
Fianças Prestadas (Nota 21)	4.758	4.733	4.758	4.733
<b>Total</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>

**a) Ativos contingentes**

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam ativos contingentes.

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	Depósitos Judiciais		Individual Provisão		Depósitos Judiciais		Consolidado Provisão	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
	Contingências Fiscais e Obrigações Legais	49.604	49.499	369	369	51.899	51.787	369
Contingências Trabalhistas	5.085	4.973	6.969	6.588	5.085	4.973	6.969	6.588
Contingências Cíveis	582	863	6.876	6.629	582	863	6.876	6.629
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	4.758	4.733	-	-	4.758	4.733
<b>Total</b>	<b>55.271</b>	<b>55.335</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>	<b>57.566</b>	<b>57.623</b>	<b>18.972</b>	<b>18.319</b>

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 3o., §1o. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Desde então, o Pine iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em 31 de março de 2021, referente ao PIS, esses depósitos representavam R\$47.281 no Individual e R\$47.589 no Consolidado (R\$47.179 no Individual e R\$47.486 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Adicionalmente, em 31 de março de 2021, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$12.964 no Individual e no Consolidado (R\$14.043 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

#### c) Movimentação das provisões passivas

	31/03/2021				Individual e Consolidado 31/12/2020			
	Fiscais e obrigações legais		Cíveis		Fiscais e obrigações legais		Cíveis	
	Trabalhistas	Total	Trabalhistas	Total	Trabalhistas	Total	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	369	6.588	6.629	13.586	369	6.863	7.875	15.443
Constituição (reversão)	-	204	80	284	-	(1.067)	(1.615)	(742)
Atualização	-	177	167	344	-	792	369	406
Saldo final	369	6.969	6.876	14.214	369	6.588	6.629	13.586

#### d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de março de 2021 o Pine possuía processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$184 no Individual e no Consolidado (R\$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

#### 16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	605	52	605	52
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	84.132	117.636	84.132	117.636
Cretores diversos - país e exterior	21.274	40.268	24.881	44.524
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	208.149	217.305	211.449	220.588
Negociação e intermediação de valores	5.967	2.032	5.967	2.032
Resultado de exercícios futuros	18.729	20.149	18.729	20.149
Outras	7.527	23.125	7.645	23.245
<b>Total</b>	<b>346.383</b>	<b>420.567</b>	<b>353.408</b>	<b>428.226</b>
<b>Circulante</b>	<b>129.933</b>	<b>174.612</b>	<b>135.377</b>	<b>180.507</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>216.450</b>	<b>245.955</b>	<b>218.031</b>	<b>247.719</b>

#### a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	238	238	242	242
Impostos e contribuições sobre salários	2.254	2.913	2.254	2.913
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	1.570	1.777
ISS	157	135	172	157
IRRF	65	156	65	156
PIS e Cofins a recolher	1.484	476	1.673	622
Provisão para Pis e Cofins	-	-	1.367	1.182
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	203.951	213.387	204.106	213.539
<b>Total</b>	<b>208.149</b>	<b>217.305</b>	<b>211.449</b>	<b>220.588</b>
<b>Circulante</b>	<b>22.280</b>	<b>23.749</b>	<b>23.999</b>	<b>25.269</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>185.869</b>	<b>193.556</b>	<b>187.450</b>	<b>195.319</b>

#### 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de março de 2021, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.202.393 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2020) e está dividido em 148.157.764 ações nominativas, sendo 75.577.842 ordinárias e 72.579.922 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

##### b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

##### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Conforme Reuniões do Conselho de Administração realizadas, foi deliberado o não pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no período findo em 31 de março de 2021.

## d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para venda</b>	<b>(51.448)</b>	<b>27.326</b>
Títulos e valores mobiliários	(51.448)	27.326
<b>Hedge fluxo de caixa</b>	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>
Objeto do Hedge	14	396
Instrumento do Hedge	(19)	(400)
<b>Outros</b>	<b>(643)</b>	<b>(927)</b>
<b>Efeito Tributário</b>	<b>23.443</b>	<b>(11.878)</b>
<b>Total</b>	<b>(28.653)</b>	<b>14.517</b>

## 18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

## a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Adiantamentos a depositantes	2.743	1.925
Rendas de empréstimos	79.319	82.850
Rendas de financiamentos	18.208	28.782
<b>Total</b>	<b>100.270</b>	<b>113.557</b>

## b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Despesas de depósitos interfinanceiros	253	758	253	758
Despesas de depósitos a prazo	143.699	110.687	143.426	109.670
Despesas de operações compromissadas	10.846	7.086	10.846	7.086
Despesas de operações com TVM no exterior <sup>(1)</sup>	21	21	21	21
Despesas de contribuição ao FGC	2.571	1.893	2.571	1.893
Despesas com LCA	2.698	3.074	2.698	3.074
Despesas com LF	5.121	4.217	5.121	4.217
Despesas com LCI	1.334	2.307	1.334	2.307
<b>Total</b>	<b>166.543</b>	<b>130.043</b>	<b>166.270</b>	<b>129.026</b>

(1) Contempla variação cambial.

## c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	205	577
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	128	101
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior <sup>(1)</sup>	10.446	37.253
<b>Total</b>	<b>10.779</b>	<b>37.931</b>

(1) Contempla variação cambial.

## d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Comissão de Fiança	2.876	4.076	2.876	4.076
Comissão de Intermediação	113	173	113	173
Rendas de Cobrança	937	978	937	978
Renda com Tarifas	1.182	406	1.182	406
Outras	349	163	1.980	1.544
<b>Total</b>	<b>5.457</b>	<b>5.796</b>	<b>7.088</b>	<b>7.177</b>

## e) Despesas de pessoal

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Proventos	10.639	11.553
Benefícios	2.987	3.126
Encargos sociais	5.261	5.438
Honorários da diretoria	2.406	3.118
Treinamento	22	12
Estagiários	165	184
<b>Total</b>	<b>21.480</b>	<b>23.431</b>

## f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Despesas de água, energia e gás	94	69	94	69
Despesas com aluguéis	3.480	3.425	3.480	3.425
Despesas de arrendamento de bens	297	308	297	308
Despesas de comunicações	1.656	1.262	1.656	1.262
Despesas de manutenção e conservação de bens	206	262	206	262
Despesas de material	14	121	14	121
Despesas de processamento de dados	4.019	4.010	4.019	4.010
Despesas de relações públicas	384	610	411	621
Despesas de seguros	974	915	978	919
Despesas com serviços do sistema financeiro	2.678	2.545	2.679	2.556
Despesas com serviços de terceiros	206	418	424	901
Despesas com serviços de vigilância e segurança	544	681	900	681
Despesas com serviços técnicos especializados	1.564	2.427	1.683	2.532
Despesas de transporte	75	116	75	116
Despesas de viagens	16	77	16	77
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	2.545	5.027	2.545	5.027
Despesas de amortização e depreciação	606	481	606	481
Emolumentos judiciais e cartorários	108	120	159	120
Outras despesas administrativas	988	1.133	1.498	1.625
<b>Total</b>	<b>20.454</b>	<b>24.007</b>	<b>21.740</b>	<b>25.113</b>

## g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
ISS	384	213	417	240
Cofins	1.795	459	2.166	1.144
PIS	292	75	372	222
Outros <sup>(1)</sup>	25	6	1.688	1.636
<b>Total</b>	<b>2.496</b>	<b>753</b>	<b>4.643</b>	<b>3.242</b>

(1) Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da Pine Entre Verdes.

## h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Recuperação de encargos e despesas	8	250	8	250
Atualização monetária ativa	129	364	136	400
Atualização de créditos judiciais	67	35	67	37
Reversão provisão Fiança	179	618	179	618
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.742	1.963	2.742	1.963
Outras rendas operacionais <sup>(1)</sup>	43	43	7.717	601
<b>Total</b>	<b>3.168</b>	<b>3.273</b>	<b>10.849</b>	<b>3.869</b>

(1) Em 31 de março de 2021, refere-se, principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da Pine Entre Verdes relacionados à venda de lotes do Consórcio Entre Verdes.

## i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	3.093	3.627	3.093	3.627
Despesa de cessão	-	27.998	-	27.998
Provisão de fiança	203	1.095	203	1.095
Outras despesas operacionais <sup>(1)</sup>	7.574	484	12.411	1.257
<b>Total</b>	<b>10.870</b>	<b>33.204</b>	<b>15.707</b>	<b>33.977</b>

(1) Em 31 de março de 2021, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre Contrato de Câmbio.

## j) Resultado não operacional

No período findo em 31 de março de 2021, o Resultado não Operacional é composto por receita de R\$7.298 e despesa de R\$3.738 no Individual e receita de R\$11.462 e despesa de R\$8.824 no Consolidado (Total de receita de R\$3.687 no Individual e despesa de R\$14.020 no Consolidado em 31 de março de 2020) corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso. Os saldos referentes a despesas com Ativos não Financeiros Mantidos para Venda, foram reclassificados da rubrica 'Outras Despesas Administrativas' para 'Resultado Não Operacional'.

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Prejuízo antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	(833)	(41.038)	(3)	(39.934)
<b>Prejuízo antes da tributação</b>	<b>(833)</b>	<b>(41.038)</b>	<b>(3)</b>	<b>(39.934)</b>
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	375	18.467	1	17.970
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>988</b>	<b>20.289</b>	<b>532</b>	<b>19.682</b>
Varição cambial de investimento no exterior	883	3.805	883	3.805
Outros ajustes	105	16.484	(351)	15.877
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.363</b>	<b>38.756</b>	<b>533</b>	<b>37.652</b>

## 20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

## a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10. Além disso, como aspecto contingencial à pandemia do coronavírus (Covid-19), observamos adicionalmente as disposições das Resoluções do Banco Central nº 4.820 de 20 de maio de 2020 e nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020 que estabelecem, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10 e às Resoluções nº 4.820 e nº 4.885.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR;
- b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Pine de forma imediata quando do pagamento da PLR; e

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 31 de março de 2021, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$1.698 (R\$2.053 em 31 de março de 2020) e a despesa no montante de R\$283 (R\$1.777 em 31 de março de 2020) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração fixa	2.411	3.118
Remuneração variável	1.698	2.053
Benefícios de curto prazo	1.709	1.703
<b>Total</b>	<b>5.818</b>	<b>6.874</b>

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

#### Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

#### b) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020
<b>Administradores <sup>(1)</sup></b>			<b>3.108</b>	<b>8.393</b>	<b>(24)</b>	<b>(355)</b>
Depósitos à vista	Sem vencimento		131	435	-	-
Depósitos a prazo	24/01/2028	100% a 120%	1.271	6.317	(21)	(153)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	21/03/2023	90% a 100%	326	186	(1)	(24)
Recursos de letras de crédito imobiliário	14/07/2022	91% a 100%	59	135	(1)	(91)
Recursos de letras financeiras	12/03/2026	150%	1.321	1.320	(1)	(87)
<b>Familiares imediatos <sup>(1)</sup></b>			<b>23.973</b>	<b>23.613</b>	<b>(75)</b>	<b>(605)</b>
Depósitos à vista	Sem vencimento		65	214	-	-
Depósitos a prazo	18/02/2028	98% a 120%	16.000	15.988	(63)	(304)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	17/03/2023	96% a 100%	220	321	(2)	(11)
Recursos de letras de crédito imobiliário	22/02/2023	97,5% a 100%	754	163	(3)	(31)
Recursos de letras financeiras	13/03/2026	150%	6.934	6.927	(7)	(259)
<b>Empresas ligadas</b>			<b>63.184</b>	<b>73.665</b>	<b>(262)</b>	<b>(1.018)</b>
<b>Valores a receber</b>						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda			-	1	1	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda			-	3	3	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda			-	1	1	-
Pine Corretora de Seguros Ltda			2	8	6	-
<b>Depósitos à vista</b>						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Sem vencimento		12.941	4	-	-
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Sem vencimento		1	-	-	-
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		122	164	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda	Sem vencimento		50	219	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	Sem vencimento		6	19	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA	Sem vencimento		3.233	5.209	-	-
<b>Depósitos a prazo</b>						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	-	99%	-	13.368	(36)	(616)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	15/12/2023	99%	997	1.059	(5)	(9)
Pine Planejamento e Serviços Ltda	29/11/2023	99%	174	174	(1)	(2)
Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	12/09/2022	99%	8.772	17.759	(58)	(306)
Pine Corretora de Seguros Ltda	14/03/2024	99%	6.335	5.072	(27)	(85)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	15/05/2023	99%	426	624	(3)	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda	08/12/2023	99%	30.124	29.981	(143)	-

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

	Saldo inicial em 31/12/2020	Aplicações/ Depósitos	Resgates/ Saques	Juros/ Remuneração	Saldo final em 31/03/2021
<b>Administradores</b>	<b>8.393</b>	<b>359</b>	<b>(5.668)</b>	<b>24</b>	<b>3.108</b>
Depósitos à vista	435	130	(434)	-	131
Depósitos a prazo	6.317	61	(5.128)	21	1.271
Recursos de letras de crédito do agronegócio	186	168	(29)	1	326
Recursos de letras de crédito imobiliário	135	-	(77)	1	59
Recursos de letras financeiras	1.320	-	-	1	1.321
<b>Familiares imediatos</b>	<b>23.613</b>	<b>9.340</b>	<b>(9.055)</b>	<b>75</b>	<b>23.973</b>
Depósitos à vista	214	47	(196)	-	65
Depósitos a prazo	15.988	8.685	(8.736)	63	16.000
Recursos de letras de crédito do agronegócio	321	8	(111)	2	220
Recursos de letras de crédito imobiliário	163	600	(12)	3	754
Recursos de letras financeiras	6.927	-	-	7	6.934
<b>Empresas ligadas</b>	<b>73.665</b>	<b>12.761</b>	<b>(23.515)</b>	<b>273</b>	<b>63.184</b>
Valores a receber	13	-	(11)	-	2
Depósitos à vista	5.615	11.353	(614)	-	16.354
Depósitos a prazo	68.037	1.408	(22.890)	273	46.828

**c) Participação acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas					31/03/2021	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.483.194	2,04	1.483.194	1,00
Administradores	-	-	1.823.970	2,51	1.823.970	1,23
<b>Total</b>	<b>75.577.842</b>	<b>100,00</b>	<b>18.467.566</b>	<b>25,44</b>	<b>94.045.408</b>	<b>63,47</b>

Acionistas					31/12/2020	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.302	20,89	90.738.144	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.559.894	2,15	1.559.894	1,05
Administradores	-	-	2.206.392	3,04	2.206.392	1,49
<b>Total</b>	<b>75.577.842</b>	<b>100,00</b>	<b>18.926.588</b>	<b>26,08</b>	<b>94.504.430</b>	<b>63,78</b>

**21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES**

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	1	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	373.390	509	371.697	503
Outras Fianças Bancárias	54.815	4.248	47.545	4.230
<b>Total</b>	<b>431.615</b>	<b>4.758</b>	<b>419.242</b>	<b>4.733</b>

**22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS**

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

**23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL**

**a) Introdução e visão geral**

O Pine tem como forte diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, onde possui a sua estrutura integrada de gerenciamento de riscos e capital, sendo sustentada por comitês que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de controle de risco estão em constante aprimoramento, buscando identificar e limitar perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, sempre mantendo altos padrões de credibilidade e segurança na governança corporativa.

Os níveis aceitáveis de apetite a riscos atende os objetivos da Administração alinhados com requerimentos regulatórios e compreende os níveis de tolerância definidos nos indicadores de limites e alertas. A estrutura de gerenciamento de riscos é definida pelo Conselho de Administração, onde as funções são subsidiadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital nas atribuições de aprovação dos fatores, indicadores e montantes de limites e alertas.

A estrutura de Gestão de Riscos do Banco Pine contemplou os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

**b) Risco de crédito**

**Definição**

Risco de crédito é a exposição a perdas em caso de inadimplência total ou parcial dos clientes, ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Pine. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Nossa exposição ao risco de crédito está relacionada em sua maior parte à aplicação de recursos financeiros na forma de empréstimos, adiantamentos, repasses e outros produtos tradicionais de crédito, seja em moeda local ou estrangeira; à exposição a títulos de emissão privada; à prestação de garantias e coobrigações e aos recebíveis oriundos de operações de derivativos de balcão com clientes.

**Gerenciamento do risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas ao:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo monitoramento, análises de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

**c) Risco de liquidez****Definição**

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

**Gestão de risco de liquidez**

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - Asset and liability committee e da Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes e limites neste comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - Asset and liability committee):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (funding gap);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - Asset and liability committee):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - Asset and liability committee e da Administração.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão compreendidas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - Asset and liability committee);
- Área ALM na Tesouraria;
- Área de Gestão de Riscos.

**d) Risco de mercado e IRRBB****Definição**

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Pine.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

O IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) pode ser definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

**Gestão de risco de mercado**

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Pine vis a vis o apetite ao risco definido pelo Comitê de Tesouraria e aprovado pelo Conselho de Administração.

A área de gestão de risco de mercado efetua diariamente o cálculo do Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Pine.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo Comitê de Tesouraria.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Pine, bem como o atendimento da regulamentação em vigor.

**Metodologias****Valor de mercado:**

O objetivo da marcação a valor de mercado (MtM) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos nas carteiras trading e banking do Pine o mais transparente possível, visando as análises aos fatores de riscos de mercado e a proteção patrimonial dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Pine. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Bacen, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

**Análises:**

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

**Análise de sensibilidade aos fatores de risco**

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

**Análise de estresse**

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Pine para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

**Riscos**

**Risco de taxa de juros:** surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

**Risco de moedas:** é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Pine, posições são monitoradas diariamente e estratégias de hedge são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

**Risco de preço de ações:** é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

**Risco de Commodities:** é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

**Exposição ao Risco**

Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (trading) do Pine transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a hedge da referida carteira.

**Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação**

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Pine referente aos períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela regulamentação em vigor.

**Análise de sensibilidade**

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de março de 2021:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/03/2021		
		Cenários		
		Provável <sup>(i)</sup>	Possível <sup>(ii)</sup>	Remoto <sup>(iii)</sup>
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(3.447.751)	(1.730.495)	(3.460.990)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(5.708.065)	(12.902.230)	(25.804.460)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	11.229	87.027	174.054
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(3.905.577)	(3.562.785)	(7.125.569)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(66.059)	(440.542)	(881.085)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	599	55.854	111.709
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	113	23.407	46.815
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	10.186	17.472	34.944
<b>Total (soma não correlacionada)*</b>		<b>(13.158.614)</b>	<b>(19.339.488)</b>	<b>(38.678.977)</b>
<b>Total (soma correlacionada)**</b>		<b>(13.105.325)</b>	<b>(18.452.291)</b>	<b>(36.904.582)</b>

\*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

\*\*Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários		Taxa Mercado			Nova Taxa Mercado		
		Taxa Mercado (1 ano)		Choque		Nova Taxa Mercado (1 ano)	
<b>Cenário I - Provável</b>	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31/03/2021 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ( $\lambda=94$ ).						
<b>Curva</b>							
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		5,10%	1,42%	5,17%			
Índice de Preços (IPCA)		0,47%	3,84%	0,49%			
Taxa TJLP (TJLP)		0,62%	0,72%	0,62%			
Taxa Referencial (TR)		5,09%	1,42%	5,16%			
Taxa de Cupom de Dólar		1,06%	0,67%	1,07%			
Taxa de Cupom de Outras Moedas		2,78%	0,30%	2,79%			
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		1,73%	0,00%	1,73%			
Cesta de Moedas		5,63	18,92%	6,70			
<b>Cenário II - Possível</b>	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:						
<b>Curva</b>							
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		5,10%	25%	6,37%			
Índice de Preços (IPCA)		0,47%	25%	0,59%			
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)		0,62%	25%	0,77%			
Taxa Referencial (TR)		5,09%	25%	6,36%			
Taxa de Cupom de Dólar		1,06%	25%	1,32%			
Taxas de Cupom de Outras Moedas		2,78%	25%	3,47%			
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		1,73%	25%	2,16%			
Cesta de Moedas		5,63	25%	7,04			

**Cenário III - Remoto**

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
	(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	5,10%	50%	7,65%
Índice de Preços (IPCA)	0,47%	50%	0,70%
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	0,62%	50%	0,93%
Taxa Referencial (TR)	5,09%	50%	7,64%
Taxa de Cupom de Dólar	1,06%	50%	1,59%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	2,78%	50%	4,17%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras <i>Offshore</i> )	1,73%	50%	2,59%
Cesta de Moedas	5,63	50%	8,45

**e) Risco socioambiental**

O Pine atua com responsabilidade social em todos os negócios realizados, agindo sempre de maneira ética e transparente em todas as suas esferas, para assim contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade e zelar para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

Dado que os principais impactos socioambientais recaem sobre o core business do Pine - na concessão de crédito corporativo - é essencial visar a responsabilidade socioambiental como um dos critérios de aprovação da linha. Isso possibilita o Pine a trabalhar com organismos multilaterais focados no desenvolvimento socioambiental.

Nesse cenário, o Pine possui uma atuação 100% responsável ao trabalhar com linhas de crédito aprovadas por organismos multilaterais que impõem uma série de compromissos socioambientais em suas operações. Alinhado a esses organismos e seus princípios, o Pine conta com uma Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA") que determina os aspectos a serem observados na gestão da operação do Pine e no relacionamento com sua cadeia de valor.

**Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA")**

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição.

Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firmam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente.

Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

**f) Risco operacional****Definição**

O Pine define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380/06. Nessa definição inclui o risco legal, decorrente da possibilidade de ocorrer perdas em virtude de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, incluindo alterações retroativas, decisões judiciais e acordos favoráveis e a sanções decorrentes de descumprimento de dispositivos legais, bem como a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

**Gestão de risco operacional**

A transparência sobre os riscos e a preocupação em mitigá-los com controles internos eficientes e adequados é de conhecimento de todos os níveis hierárquicos, nossa governança é estruturada de forma a contemplar a discussão de riscos relevantes em Comitês e fóruns apropriados o que permite o gerenciamento proativo e o resguardo de recursos, minimizando o risco de perdas de alta severidade, mesmo que de baixa ou nenhuma frequência.

Desta forma, é entendido pelo Pine que o gerenciamento do risco operacional cria valor para os acionistas ao reduzir o risco quando evita ou diminui as perdas, tomando os processos mais eficientes, permitindo respostas rápidas a contingências, eliminando ou reduzindo riscos, melhorando o desempenho do negócio e alinhando o retorno financeiro à estratégia da instituição.

**g) Índice de Basileia**

O Pine, em 31 de março de 2021, atingiu o índice de 9,91% (11,67% em 31 de dezembro de 2020), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'.

**h) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3**

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico [ri.pine.com](http://ri.pine.com).

**i) Índice de Imobilização**

De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de março de 2021, o índice de imobilização foi de 18,42% (17,35% em 31 de dezembro de 2020).

**j) Outros riscos - Ambiente de tecnologia da informação**

Os negócios do Pine dependem da capacidade computacional do ambiente tecnológico.

Reconhecemos que nossa competitividade também está pautada no funcionamento adequado de nosso controle financeiro, gestão de riscos, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados, e por isso priorizamos nossa resiliência por meio de soluções sistêmicas e tecnológicas que podem mitigar os impactos causados e falhas no ambiente. Operamos com políticas conservadoras de armazenamento e segurança dos dados que viabilizam sua rápida recuperação, optamos por manter os sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real no site de contingência. Entendemos que qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, podem ter efeito adverso relevante sobre nosso negócio.

Continuamente investimos em melhorias constantes em nosso ambiente tecnológico. Como amostra deste cenário o Pine busca inovar seguindo as tendências tecnológicas do mercado, investir na automatização contínua dos processos críticos, na reformulação sistêmica para integração dos processos internos visando mais sinergia e agilidade. Tecnologia da informação tem importância estratégica para o nosso negócio, desta forma investimos em capacidade intelectual bem como nas mais modernas soluções seguras e disruptivas.

## 24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de março de 2021, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado	
	Moeda	Resultado
<b>Operações ativas vinculadas</b>		
Operações de crédito	R\$	25.556
<b>Obrigações por operações ativas vinculadas</b>		
Depósitos a prazo	R\$	26.137

Em 31 de março de 2021, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

## 25. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de março de 2021, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	123
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.090
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro garantia	Judicial para Execução Fiscal	324.977

### b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

### c) Valor justo de instrumentos financeiros

Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

	31/03/2021	
	Valor Justo	Valor Contábil
<b>Ativos</b>		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez <sup>(i)</sup>	12.310	12.310
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos <sup>(ii)</sup>	7.945.347	7.671.069
Operações de crédito <sup>(iii)</sup>	2.516.710	3.282.930
Outros créditos <sup>(iii)</sup>	390.804	711.925
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>10.865.171</b>	<b>11.678.234</b>
<b>Passivos</b>		
Depósitos à vista <sup>(iv)</sup>	152.260	152.260
Depósitos interfinanceiros <sup>(iv)</sup>	558.321	558.321
Depósitos a prazo <sup>(v)</sup>	5.161.251	6.931.198
Captação no mercado aberto <sup>(vi)</sup>	2.768.069	2.768.069
Recursos de aceites e emissão de títulos <sup>(v)</sup>	574.710	578.266
Obrigações por empréstimos e repasses <sup>(v)</sup>	62.451	54.904
Dívida subordinada <sup>(v)</sup>	165.636	165.636
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>9.442.698</b>	<b>11.208.654</b>

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

### d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

### e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

### f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de março de 2021, efetuamos a reclassificação de R\$41.013 para curto prazo (R\$36.395 em 31 de dezembro de 2020).

**g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2021, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

**h) Resultado recorrente e não recorrente**

Segregação dos resultados recorrentes e não recorrentes, conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20:

	31/03/2021	31/03/2020
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do período</b>	<b>530</b>	<b>(2.282)</b>
<b>(-) Eventos não recorrentes (líquido dos efeitos tributários)</b>	<b>-</b>	<b>(1.070)</b>
Outras despesas administrativas <sup>(1)</sup>	-	(1.070)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) recorrente do período</b>	<b>530</b>	<b>(1.212)</b>

(1) Sentenças judiciais sobre retomada de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda.

**26. OUTROS ASSUNTOS**

Dada a continuidade da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19), o Banco Pine segue monitorando os efeitos que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados, e manteve as medidas adotadas em 2020, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores. O Banco manteve suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento mantendo a política de trabalho remoto para 100% do quadro de funcionários. As atividades seguem em plena operação, com agilidade e flexibilidade nos canais de atendimento, reflexo dos investimentos tecnológicos realizados no último ano, assim como o monitoramento da qualidade de crédito e da situação financeira dos clientes por meio do Comitê Estratégico com os membros do Comitê Executivo.

O Banco continua capturando oportunidades e avançando no planejamento estratégico, sempre pautado nos modelos de riscos que ajudaram a elevar as margens e controlar a qualidade dos ativos. Até o momento, entende-se que não há mudança relevante no modelo de negócios e na dinâmica de mercado de grandes e média empresas, mas é preciso entender como será a velocidade da retomada econômica e os impactos na despesa de crédito devido à absorção dos prejuízos da pandemia por parte da companhia. Movimento este que deverá ser observado com mais clareza ao longo dos próximos períodos, uma vez que em 2020 foram implementadas medidas de contingência pelo governo.

No primeiro trimestre de 2021, o fluxo de recebimentos do Banco ocorreu normalmente, e foi possível notar um aumento expressivo na originação de crédito, principalmente em produtos atrelados a operações de capital de giro e trade finance, denotando o reaquecimento da atividade econômica. Este crescimento refletiu-se na carteira de crédito, core do Banco (Res. nº 2.682), com destaque para o segmento Empresas, focado em grupos econômicos com faturamento de até R\$500 milhões.

O Banco Pine continua com o monitoramento constante dos limites operacionais e de apetite a riscos, e para mais informações sobre os resultados do Banco, consulte o relatório gerencial do primeiro trimestre disponível no site de Relações com Investidores [www.ri.pine.com](http://www.ri.pine.com).

\*\*\*\*\*

**A DIRETORIA**

**CONTADORA**

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

**Banco Pine S.A.**

CNPJ 62.144.175/0001-20

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830

4º andar | São Paulo – Brasil

